



[Handwritten signature]

ATA N.º 21 – Aos sete dias do mês de abril do ano dois mil e dezassete, nesta cidade de Santa Maria da Feira, no auditório da Biblioteca Municipal, reuniu às 21 horas, passava já da hora marcada, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, presidida pelo Sr. Presidente da Assembleia, Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria, e secretariada pelos Srs. Maria José Ferreira dos Santos e Mário Jorge de Castro Reis, respetivamente 1.º e 2.º Secretários da Mesa, com a seguinte “Ordem do Dia”:

- 1 – Ata:
 - Ata n.º 20 – Sessão Ordinária de 17 de fevereiro de 2017;
- 2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município;
- 3 – Documentos de Prestação de Contas do Município do ano de 2016;
- 4 – Revisão Orçamental
 - 1.ª Revisão ao orçamento da Receita
 - 1.ª Revisão ao Orçamento da Despesa
 - 1.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos - PPI;
- 5 – Relatório de Gestão e Contas de 2016 da Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M. *(para conhecimento)*;
- 6 – Lei do Orçamento do Estado 2017 – Aquisição de serviços;
- 7 – Concessão de Benefícios Fiscais (art. 16.º, n.ºs 2 e 3, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro);
- 8 – Reconhecimento do Interesse Municipal do Projeto de Investimento Estrangeiro com vista à aceitação dos Benefícios Fiscais
 - Requerimento da empresa Amy’s kitchen, Unipessoal, Lda.;
- 9 – Procedimento “Outsourcing de cópia e impressão”
 - Autorização prévia para a assunção de compromisso;
- 10 – Procedimento de concurso público “Fornecimento de combustíveis”
 - Autorização prévia para a assunção de compromisso plurianual;
- 11 – Programa Movimento e Bem-Estar
 - Transferência de verbas para as juntas de freguesia 2016-2017;
- 12 – Estatuto do Direito de Oposição – Relatório de Avaliação do ano de 2016 *(para conhecimento)*;



13 – Relatório de Atividades de 2016 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira (*para conhecimento*);-----

14 – Planear um concelho mais inclusivo (*artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 17.º do Regimento*).-----

A Câmara Municipal fez-se representar, nesta sessão, pelo seu Presidente – Emídio Ferreira dos Santos Sousa, e pelos Vereadores José Manuel da Silva Oliveira, Cristina Manuela Cardoso Tenreiro, Helena Maria de Sá Portela, António Gil Alves Ferreira, Susana Alexandra Lopes Correia, António Ferreira de Bastos e Mário António Pinho de Oliveira.-----

Não estiveram presentes os Vereadores Vítor Carlos Latourrette Marques, Eduardo Marques dos Santos Cavaco e Isabel Maria Oliveira Machado Leal Pereira.-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* declarou aberta a sessão, começando por saudar os membros presentes.-----

Em seguida, informou da entrada na Mesa, até àquele momento, de 3 credenciais de delegação de representação para a presente sessão, dos Srs. Presidentes de Junta de Freguesia das seguintes freguesias:-----

– Argoncilhe (PSD): delegada a representação no Secretário do Executivo – Manuel Pereira dos Santos;-----

– Arrifana (PSD): delegada a representação no Vogal do Executivo – Alcino Pereira Monteiro;-----

– Mozelos (PSD): delegada a representação no Secretário do Executivo – Manuel António Duarte Teixeira.-----

Informou, de seguida, que o membro Jorge Manuel Ferreira Ferreira (PSD) solicitou ser substituído na presente sessão dado não lhe ser possível estar presente por motivos pessoais, informando que, nos termos da lei, o mesmo era substituído pela cidadã seguinte na lista do PSD – Juliana Canedo Rocha – que se encontrava presente para o efeito.-----

Sendo assim, encontravam-se presentes, no início da sessão, 46 dos 54 membros que compõem esta Assembleia Municipal, nomeadamente:-----



Handwritten signature and initials

Pelo grupo municipal do PSD:-----

Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria; José Manuel Milheiro Pinho Leão; António André da Silva Topa; José Fernando Moreira; António Domingues Pereira; Serafim Manuel Rocha Guimarães; Aldina dos Reis Camboa Cabral; Gastão Valente Pinto da Silva; Maria José Ferreira dos Santos; Casimiro Loureiro Dias de Pinho; Rui Fernando Guedes Ribeiro; Marisela Adelaide Pinto Maio; Bernardino Manuel Martins do Couto; Justino de Amorim Pinto; Juliana Canedo Rocha; e os Presidentes, ou seus representantes, das Juntas de Freguesia de Argoncilhe – Manuel Pereira dos Santos; Arrifana – Alcino Pereira Monteiro; Escapães – Minervina Ferreira da Silva Rocha; Mozelos – Manuel António Duarte Teixeira; Paços de Brandão – Firmino Gomes da Costa; Rio Meão – Mário Jorge de Castro Reis; Romariz – Manuel Jacinto da Conceição Moreira; Santa Maria de Lamas – António Óscar Correia Soares Neves; União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros – José Carlos Baptista Martins; União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior – Paulo Fernando Marques de Oliveira; União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande – José Henriques dos Santos; e União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo – Alberto de Oliveira Tavares; -----

Pelo grupo municipal do PS:-----

Margarida Maria Santos Soares Rocha Gariso; Sérgio Manuel Murteira Cirino; Carla Adriana da Piedade Moreira e Santos Pinto; Manuel Oliveira de Almeida; Eduardo José da Costa Pereira da Rocha; Rosa Maria Pinto da Silva; António dos Santos; Manuel Amorim Duarte; Maria de Fátima Bastos Oliveira; Manuel Ferreira Santos; Carla Marisa Pimentel Pereira; Lia Andreia Cristóvão Ferreira; Daniel Tavares Gomes; e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Sanguedo – Valdemar Alves da Silva; e São Paio de Oleiros – Ana Cristina Pires de Oliveira; -----

Pela CDU: Filipe Ramiro Tavares Moreira; -----

Pelo BE: Moisés Salvador Coelho Ferreira; -----

Pelo CDS-PP: Válter José Mendes de Amorim; -----

Independente: Amaro Bento Silva Araújo – Presidente da Junta de Freguesia de São João de Ver.-----

Entraram, no decorrer da sessão: Adriana Marisa da Silva Cardoso (PSD); Márcio Santos



Correia (PS); António Valdemar Fontes Pinho Ribeiro – Presidente da Junta de Freguesia de Fiães (PSD); Luís André Dias Ferreira Assunção dos Santos – Presidente da Junta de Freguesia de Fornos (PSD); Armando Fontes Teixeira – Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa (PSD); e Maria Manuela da Silva Teixeira – Presidente da União das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô. -----

Faltaram à sessão, sem se terem feito representar: Augusto de Pinho Santos – Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares (PS); e Rui Alves Rios – Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira da Regedoura (PS). -----

Seguidamente, e na sequência do acordado pela Assembleia na sua sessão de 20 de novembro de 2013, quanto à omissão da leitura do documento referente à síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa deste Órgão, informou que se encontrava disponível essa relação, bem como os respetivos documentos, para que os Srs. deputados municipais os pudessem consultar, caso o pretendessem. -----

É do seguinte teor o documento referente à síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa da Assembleia Municipal após a sessão ordinária de 17 de fevereiro de 2017: -----

- “E-mail do Sr. Vereador do Pelouro da Cultura, Turismo, Bibliotecas e Museus, Gil Ferreira, enviado ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal dando resposta ao membro deste Órgão – Moisés Ferreira, sobre quem e quanto se pagou para receber os prémios atribuídos na Gala dos Eventos; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, comunicando à Comissão Parlamentar do Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação o teor integral das deliberações da Assembleia Municipal, tomadas na sua reunião ordinária de 17 de fevereiro de 2017, no âmbito do assunto “Petição n.º 245/XIII/2.ª – “Solicitam que a freguesia de Milheirós de Poiares se mantenha no concelho de Santa Maria da Feira” - Pronúncia da Assembleia Municipal;-----
- Ofício da Sra. Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 5 de fevereiro de 2017;-----
- Convite do Sr. Presidente da Câmara Municipal da Trofa e do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Bougado (S. Martinho e Santiago), ao Sr. Presidente da Assembleia



- Municipal, para estar presente na inauguração da Feira Anual da Trofa 2017; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia da República, insistindo, em cumprimento da deliberação da Assembleia Municipal de 6 de fevereiro de 2017, que determine a junção das petições n.º 245/XII/2.ª e 179/XII/2.ª, a fim de que tramitem conjuntamente – Ofício que foi enviado, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia da República, em formato digital, por e-mail, em 22/02/2017; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Primeiro-Ministro, remetendo o teor da moção “Reabilitação da EN 223 entre o nó da A1 de Santa Maria da Feira e o nó do IC2 Arrifana/Escapães”, aprovada por esta Assembleia na sua sessão ordinária de 17 de fevereiro de 2017;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, enviando um voto de pesar à D. Helena Cidália Oliveira e João Azevedo, pelo falecimento de Manuel Azevedo aprovado por esta Assembleia na sua sessão ordinária de 17 de fevereiro de 2017;-----
 - E-mail enviado aos órgãos de comunicação social do concelho de Santa Maria da Feira, a dar conhecimento do voto de pesar pelo falecimento de Manuel Azevedo, aprovado por esta Assembleia na sua sessão ordinária de 17 de fevereiro de 2017; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, dando conhecimento à Sra. Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira da designação do cidadão Carlos Manuel da Silva Fonseca para substituir Margarida Arcelina Assunção Alfama, aprovado por esta Assembleia na sua sessão ordinária de 17 de fevereiro de 2017;
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta ao requerimento apresentado pelo membro Moisés Ferreira, sobre tarifa social na água – Ofício que foi enviado, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, àquele membro em formato digital, por e-mail, em 22/02/2017;----
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta ao requerimento apresentado pelo membro Moisés Ferreira, sobre obras no pavilhão da Casa do Povo - Fiães – Ofício que foi enviado, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, àquele membro em formato digital, por e-mail, em 22/02/2017;-----
 - E-mail do membro deste Órgão – Moisés Ferreira, ao Sr. Presidente da Assembleia



- Municipal, remetendo dois requerimentos sobre os assuntos “Habitações Sociais vazias” e “Conflito de interesses”;-----
- E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, requerimentos apresentados pelo membro Moisés Ferreira sobre os assuntos “Habitações Sociais vazias” e “Conflito de interesses”;-----
 - E-mail do membro deste Órgão – Filipe Moreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento sobre o assunto “Rua da Linha do Vouga”; -----
 - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, requerimento apresentado pelo membro Filipe Moreira sobre o assunto “Rua da Linha do Vouga”; -----
 - E-mail do membro deste Órgão – Filipe Moreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento sobre o assunto “Águas Pluviais – Fiães”; -----
 - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, requerimento apresentado pelo membro Filipe Moreira sobre o assunto “Águas Pluviais – Fiães”;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal enviado a todos os Grupos Municipais remetendo comunicação do Presidente da Direção da AEDRL, sobre questionário no âmbito da publicação “Revistas das Assembleias Municipais”;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta ao requerimento apresentado pelo membro Moisés Ferreira, sobre Orçamento da empresa municipal Feira Viva – Ofício que foi enviado, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, àquele membro em formato digital, por e-mail, em 03/03/2017; -----
 - Ofício da Sra. Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 20 de fevereiro de 2017; -----
 - E-mail do membro deste Órgão – Moisés Ferreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento sobre o assunto “Desrespeito pelo ambiente e pela saúde pública em paços de Brandão, Santa Maria da Feira”; -----
 - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da



- Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, requerimento apresentado pelo membro Moisés Ferreira sobre o assunto “Desrespeito pelo ambiente e pela saúde pública em Paços de Brandão, Santa Maria da Feira”; -----
- Convite da ARS-Norte, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para estar presente no Fórum Nacional SNS Serviço Nacional de Saúde - Reformar, Transformar, Modernizar, no dia 13 de março de 2017 – que foi respondido no sentido de que o Sr. Presidente da Assembleia não poderia estar presente devido a compromissos anteriormente assumidos;--
 - Ofício da Sra. Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, enviando o Relatório de Atividades 2016 daquela instituição e respetivos anexos;-----
 - Convite do Sr. Presidente da Câmara Municipal ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para estar presente na VIII Feira de Artes Performativas, no dia 31 de março de 2017;-----
 - Ofício da Sra. Vereadora do Pelouro da Educação, Desporto e Juventude, Cristina Tenreiro, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a convocá-lo para a reunião ordinária do Conselho Municipal de Educação de Santa Maria da Feira, a ter lugar no ISPAB - Instituto Superior de Paços de Brandão, no dia 29 de março de 2017;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta ao requerimento apresentado pelo membro Filipe Moreira, sobre Rua da Linha do Vouga – ofício que foi enviado àquele membro em formato digital, por e-mail, em 13/03/2017;-----
 - Ofício da Sra. Vereadora do Pelouro da Educação, Desporto e Juventude, Cristina Tenreiro, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, sobre nova convocatória para a reunião ordinária do Conselho Municipal de Educação de Santa Maria da Feira, a ter lugar no ISPAB - Instituto Superior de Paços de Brandão, no dia 29 de março de 2017;-----
 - Convite da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Lourosa, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para estar presente no 49.º aniversário da associação, no dia 8 de abril de 2017;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Viseu, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a dar conhecimento do teor da Moção daquele órgão sobre “Garantir a ligação ferroviária à cidade de Viseu”, aprovada na sessão ordinária de 20 de



Handwritten signature and initials

- fevereiro de 2017; -----
- E-mail do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Viseu, a acusar a receção do ofício enviado por aquele órgão no âmbito do assunto “Moção - Garantir a ligação ferroviária à cidade de Viseu”;-----
 - Convite do Grupo Recreativo e Beneficente “A Flor de Aldriz”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para estar presente no espetáculo, na sede daquela associação, no dia 25 de março de 2017, pelas 22h00;-----
 - E-mail enviado ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal a dar conhecimento do convite enviado pelo Grupo Recreativo e Beneficente “A Flor de Aldriz”, a convidá-lo a estar presente para espetáculo que se realizou na sede daquela associação no dia 25 de março de 2017, pelas 22h00;-----
 - Convite do Provedor da Misericórdia do Porto, do Embaixador da República da Polónia em Portugal e da Diretora Académica da Escola Superior do Porto, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para estar presente na inauguração da exposição “Kantoriana. Assomar-se à memória” no dia 23 de março, pelas 17h30, no Museu e Igreja da Misericórdia do Porto. E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a agradecer o convite e indicar a impossibilidade de estar presente;-----
 - Convite da União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para estar presente na inauguração da Mercearia Social, no dia 25 de março, pelas 15h30. E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a agradecer o convite e indicar a impossibilidade de estar presente;-----
 - E-mail do Sr. Presidente da Direção da Associação de Estudos de Direito Regional e Local - AEDREL, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a agradecer o envio do questionário sobre a organização, funcionamento e atividade das Assembleias Municipais e informando que o mesmo está a ser apreciado no âmbito do estudo em curso;-----
 - E-mail do membro deste Órgão – Moisés Ferreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo dois requerimentos sobre os assuntos “Total desmazelo em Santa Maria de Lamas” e “Dívidas às associações do concelho”;-----
 - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, requerimentos apresentados pelo membro Moisés Ferreira sobre os assuntos “Total desmazelo em Santa Maria de Lamas” e



- “Dívidas às associações do concelho”;
- Ofício da Sra. Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 6 de março de 2017;
 - E-mail do Sr. Presidente da Direção da Associação de Estudos de Direito Regional e Local - AEDREL, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a propor a assinatura anual da Revista das Assembleias Municipais (RAM) informando o preço e descontos promocionais;
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a todos os membros que constituem este Órgão, convocando-os para a sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 7 de abril de 2017, bem como informando qual a respetiva Ordem do Dia;
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Exma. Câmara, da realização da sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 7 de abril de 2017, e indicando a respetiva Ordem do Dia;
 - E-mail do membro deste Órgão – Filipe Moreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento sobre o assunto “Fiscalização/Inspeção/Saúde Pública” em Nogueira da Regedoura;
 - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, requerimento apresentado pelo membro Filipe Moreira sobre o assunto “Fiscalização/Inspeção/Saúde Pública” em Nogueira da Regedoura;
 - Ofício do Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a acusar a receção do ofício e da Moção “Reabilitação da EN 223 entre o nó da A1 de Santa Maria da Feira e o nó do IC2 Arrifana/Escapães” e informando que o assunto foi transmitido ao Gabinete do Ministro do Planeamento e das Infraestruturas;
 - E-mail do membro deste órgão – Lia Ferreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a solicitar a inclusão do assunto “Planear um concelho mais inclusivo” na Ordem de Trabalhos da sessão ordinária de 7 de abril de 2017;
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, o Relatório de Avaliação relativo ao ano de 2016, do Estatuto do Direito de Oposição;



- Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, informação escrita acerca da Atividade e Situação Financeira do Município de Santa Maria da Feira;-----
- E-mail do membro deste Órgão – Lia Ferreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, requerendo informação diversa sobre o PERM, Lusopark e Feirapark – E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao membro deste Órgão – Lia Ferreira a informar que a Câmara Municipal tem um prazo para responder às questões apresentadas, pelo que a Mesa da Assembleia Municipal não pode garantir que a informação seja prestada no prazo pretendido;-----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a todos os membros que constituem este Órgão, relativo à adenda e reformulação da Ordem do Dia da sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 7 de abril de 2017;-----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Exma. Câmara, da adenda e reformulação da Ordem do Dia da sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 7 de abril de 2017;-----
- Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo informação no seguimento do requerimento apresentado pelo membro Moisés Ferreira (BE) sobre o assunto “Conflito de interesses” – ofício que foi enviado àquele membro em formato digital, por e-mail, em 03/04/2017;-----
- Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo informação no seguimento do requerimento apresentado pelo membro Moisés Ferreira (BE) sobre o assunto “Dívidas às associações do concelho” – ofício que foi enviado àquele membro em formato digital, por e-mail, em 03/04/2017;-----
- E-mail de Ana Castanhola, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a informar que cessou funções na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens e a agradecer a colaboração;-----
- Ofício da Sra. Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 20 de março de 2017;-----
- E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, Projeto de Lei que incide sobre a



[Handwritten signature]

- matéria da desmaterialização dos manuais escolares;-----
- E-mail do membro deste Órgão – José Carlos Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Mozelos, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 7 de abril de 2017, por motivos pessoais, delegando a sua representação no Secretário daquele Executivo – Manuel Teixeira;-----
 - Convite do Provedor da Santa Casa da Misericórdia da Feira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para participar das Cerimónias da Quinta-Feira Santa, no dia 13 de abril, com início pelas 20h30 – dada resposta pelo Gabinete da Direção do Grupo Parlamentar do PSD no sentido de confirmar a sua presença;-----
 - E-mail do membro deste Órgão – Jorge Ferreira, informando não poder estar presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 7 de abril de 2017, por motivos pessoais, pedindo a sua substituição na sessão, nos termos legais;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo informação no seguimento do requerimento apresentado pelo membro Lia Ferreira sobre o assunto “PERM, Lusopark e Feirapark” – ofício que foi enviado àquele membro em formato digital, por e-mail, em 07/04/2017;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo informação no seguimento do requerimento apresentado pelo membro Moisés Ferreira (BE) sobre o assunto “Queixa - Rua Fonte das Penas - Paços de Brandão” – ofício que foi enviado àquele membro em formato digital, por e-mail, em 07/04/2017;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo Informação no seguimento do requerimento apresentado pelo membro Moisés Ferreira (BE) sobre o assunto “Auditório de Santa Maria de Lamas” – ofício que foi enviado àquele membro em formato digital, por e-mail, em 07/04/2017;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo informação no seguimento do requerimento apresentado pelo membro Filipe Moreira (CDU) sobre o assunto “Queixa - Rua de S. Tomé, freguesia de Nogueira da Regedoura” – ofício que foi enviado àquele membro em formato digital, por e-mail, em 07/04/2017;-----
 - E-mail do membro deste Órgão – Filipe Moreira (CDU), ao Sr. Presidente da Assembleia
-



Municipal, remetendo requerimento sobre o assunto “Concessão de estacionamento público na cidade da Feira”;

- Diversos jornais e revistas.”

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O *Sr. Presidente da Assembleia*, introduzindo o período em epígrafe, informou da existência de duas moções, cinco recomendações e uma saudação para serem discutidas – documentos estes que, nos termos regimentais, foram remetidos aos serviços de apoio ao funcionamento deste Órgão para serem apreciadas nesta sessão e que, entretanto, foram enviados, por correio eletrónico, aos membros da Assembleia.

Informou que concederia a palavra aos proponentes dos referidos documentos para fazerem a apresentação dos mesmos e que, posteriormente, daria a palavra a um representante de cada um dos grupos municipais para se pronunciarem sobre esses documentos.

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) para apresentar os documentos cujos teores, seguidamente, se transcrevem:

“MOÇÃO: 25 DE ABRIL

Considerando que se aproxima o 43.º aniversário do 25 de Abril, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, em reunião de 7 de abril de 2017, salienta o profundo significado desta revolução, pela forma como encetou um caminho audacioso na construção de um país democrático, desenvolvido, justo, solidário e soberano, pela concretização dos alicerces de um poder local democrático, como uma das principais traves-mestras do sistema político, pelo impacto positivo que produziu no desenvolvimento de importantes acontecimentos internacionais. Salienta, ainda, os direitos de cidadania plena e as conquistas sociais, económicas e culturais alcançadas com a revolução de abril, que constituem património da nossa democracia e os fundamentos do nosso regime constitucional, de que se destaca, entre outros, o direito de organização de partidos políticos, o direito ao trabalho e à segurança no emprego, a liberdade de organização, de reunião e de manifestação, a democratização do ensino, a universalização do direito à segurança social e à saúde, a generalização das pensões de reforma e do subsídio de desemprego.

Neste ano de 2017, com a plena consciência de que continua a ser fundamental a preservação



e aprofundamento destes importantes princípios e valores, que marcam a nossa revolução, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira proclama o seu inquestionável apoio aos ideais de Abril e à defesa de todos os direitos e valores conquistados, sublinhando a forma e o conteúdo da mensagem de Sophia de Mello Breyner Andresen, “Esta é a madrugada que eu esperava / O dia inicial inteiro e limpo / Onde emergimos da noite e do silêncio / E livres habitamos a substância do tempo”.-----

“MOÇÃO: DIA INTERNACIONAL TRABALHADOR – 1.º MAIO -----

A violenta repressão associada à justeza da reivindicação e os seus reflexos a nível internacional determinou a declaração do dia 1 de Maio como o Dia Internacional dos Trabalhadores.-----

Desde então as lutas dos trabalhadores e da organização do movimento sindical, nacional e internacional, têm um objetivo comum: a defesa da dignidade e homenagear as mulheres e os homens trabalhadores que, em todo o mundo, lutaram e lutam contra a exploração, por melhores condições de vida e de trabalho e para a construção de sociedades mais justas e solidárias.-----

É preciso combater a precariedade, sinónimo de baixos salários, horários incertos, falta de direitos e garantias, essa instabilidade permanente que compromete o futuro de todos, mas sobretudo o dos jovens e o desenvolvimento do nosso país.-----

A defesa do emprego com direitos, no direito de contratação coletiva, pelo aumento dos salários e de outros direitos, pelas 35 horas de trabalho semanal, por serviços públicos de qualidade e pela melhoria das obrigações do Estado na Saúde, no Ensino e na Segurança Social torna-se imperativo a mobilização e união de todos os trabalhadores.-----

A Assembleia Municipal, enquanto representante dos interesses e anseios dos feirenses, só pode estar em defesa dos trabalhadores do concelho, exigindo mais justiça social, trabalho com direitos e salários dignos. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 07 de abril de 2017, delibera: -----

- Saudar e manifestar o seu apoio às iniciativas populares e demais atos comemorativos do 1.º de Maio e apelar à população do Município feirense para que a elas se associe;-----
- Reafirmar os valores históricos da vitória da Liberdade e da Democracia na vida de todas e



(Handwritten marks and signature)

todos os portugueses, bem como daqueles que connosco vivem e trabalham;-----

• Manifestar-se junto dos órgãos de soberania pela defesa do trabalho com direitos, pelo investimento público no município, pela defesa dos postos de trabalho no concelho.” -----

“SAUDAÇÃO ÀS MULHERES PORTUGUESAS -----

A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 7 de abril de 2017, saúda as mulheres portuguesas pela sua intervenção cívica em prol dos seus direitos, durante as comemorações do Dia Internacional das Mulheres, salientando, pela sua importância e contributo para a visibilidade dos problemas de que as mulheres continuam a ser os principais alvos, a Manifestação Nacional de Mulheres, promovida pelo Movimento Democrático de Mulheres, em Lisboa, no passado dia 11 de março, sob a consigna “A Voz das Mulheres pela Igualdade de Direitos. Desenvolvimento e Paz”, que juntou cerca de 20 mil mulheres. -----

Tendo em conta que, entre muitos outros problemas: -----

1. continuam a ser insuficientes as medidas efetivas para a promoção da igualdade das mulheres nas leis e na vida;-----

2. se mantem uma aviltante discriminação salarial das mulheres trabalhadoras, cujo ganho médio mensal é 21,13% inferior ao dos homens; -----

3. as mulheres são profissionalmente subvalorizadas, apesar de constituírem mais de 60% da população portadora de diploma de ensino superior; -----

4. são vítimas preferenciais, em matéria de assédio moral e sexual nos locais de trabalho e de violência doméstica, -----

a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira manifesta a sua solidariedade para com as mulheres portuguesas e as mulheres feirenses, em particular, chamando a atenção, dos poderes políticos e da sociedade em geral, de que a promoção da igualdade, a valorização da criatividade e das competências das mulheres são condições indispensáveis para o desenvolvimento do país e para a construção de uma democracia plena.” -----

“RECOMENDAÇÃO: REFORÇO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL-----

Há vários anos que o município de Santa Maria da Feira padece do problema de lixeiras e montureiras a céu aberto em praticamente todas as freguesias. Acrescenta-se, ainda que mais recentemente, a problemática da colocação de lixo doméstico na via pública em dias que não



coincidem com a recolha dos RSU, levando à conspurcação de espaços públicos e à geração de perigosidade para a saúde pública. Se por um lado não nos podemos aliar da falta de inspeção, a origem destas situações reside, essencialmente, na falta de educação ambiental dos executantes e na falta de informação, tanto municipal como nas próprias freguesias, acerca dos meios, datas e processos de recolha de grandes resíduos. Assim, face a este problema que se tem vindo a arrastar e intensificar, há a necessidade de mudança de paradigma do (município) Concelho com vista à resolução do mesmo, que passará pelo reforço da Educação Ambiental e da informação disponibilizada aos munícipes. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 7 de abril de 2017, recomenda à Câmara Municipal que: -----

1. Proceda a mais atividades inspetivas e de fiscalização destas situações; -----
2. Proceda pedagogicamente à eliminação das lixeiras e montureiras a céu aberto nas diversas freguesias nomeadamente em espaços que são seus; -----
3. Proceda a uma campanha de informação a todo o município sobre a legislação municipal relativa à recolha dos RSU;-----
4. Proceda a uma campanha Ambiental que envolva as Escolas do município, assim como as Juntas de Freguesia, as ONG ambientais e o movimento associativo com vista à sensibilização dos munícipes para estas questões.”-----

“RECOMENDAÇÃO: REQUALIFICAÇÃO DA QUINTA DO CASTELO -----

O concelho de Santa Maria da Feira é extremamente rico em património ambiental e histórico. Exemplo disso é a Quinta do Castelo, verdadeiro ex-líbris do município que se encontra em notório estado de degradação. Recorde-se que este espaço está sob responsabilidade da Câmara Municipal, que há cerca de quatro anos assegurou um contrato de comodato com a Segurança Social para a cedência da responsabilidade sobre o sítio por 50 anos. A Quinta do Castelo contempla em si uma riqueza ambiental de excelência e diversos monumentos de diferentes épocas. De todos, pela sua beleza e dimensão, destaca-se as Grutas Artificiais, construção oferecida ao município pela Companhia Hortícola do Porto em 1916. Neste monumento é mais do que evidente a necessidade de reabilitação. Aquando da celebração do contrato de comodato a Câmara Municipal e a Feira Viva afirmaram a intenção de revitalizar o espaço com vista à melhoria de condições do mesmo. No entanto, até à data não se



verificaram intervenções de fundo.-----
Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 7 de abril de 2017, recomenda à Câmara Municipal que proceda à limpeza, reabilitação e sinalização do referido espaço, para que todos dele possam usufruir em todo o seu esplendor.” -----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) para apresentar os documentos cujos teores, seguidamente, se transcrevem: -----

“RECOMENDAÇÃO: MEDIDAS PARA ELIMINAR LIXEIRAS NO CONCELHO-----

Existem lixeiras espalhadas um pouco por todo o concelho. Essa é, infelizmente, uma realidade que todos conhecem. E essas lixeiras multiplicam-se porque as próprias autarquias não sensibilizam as populações, não disponibilizam informação sobre ecocentros, nem fazem a fiscalização que lhes compete. -----

A verdade é que vários espaços verdes do concelho estão pejados de lixo, o que constitui um ataque ambiental e uma degradação da qualidade de vida das populações. Em visitas recentes, o Bloco de Esquerda constatou a existência de lixeiras junto do equipamento desportivo de Sanfins, na proximidade do parque de lazer de Argoncilhe, junto ao auditório de Santa Maria de Lamas, na rua do viaduto, em Rio Meão, ou junto da fonte do Casal, em Mozelos. Mas como toda a gente sabe, estes estão longe de ser casos únicos. -----

Não podemos permitir que tais situações se mantenham e perpetuem no nosso concelho. Assumir o compromisso de combater estas lixeiras e ter autarquias a assumir a sua responsabilidade neste problema é o primeiro passo para construirmos um melhor território, um melhor concelho e mais qualidade de vida para os munícipes. -----

Nesse sentido, o Bloco de Esquerda quer que se implementem medidas concretas e eficazes para acabar com esta chaga no nosso concelho, passando 1) pelo reforço da informação, sinalização e fiscalização sobre deposição de lixo no concelho, 2) pelo aumento da informação sobre a localização e funcionamento dos ecocentros existentes no concelho, 3) pela disponibilização de serviços de recolha, nas várias freguesias, 4) pelo reforço da recolha de lixo doméstico e reforço de ecopontos no concelho. -----

Estas medidas contribuiriam de forma muito decidida para eliminar as lixeiras no concelho e sensibilizar a população para a separação e reciclagem. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 7 de abril de 2017,



[Handwritten signature]

recomenda ao Executivo que: -----

1. Reforce a recolha de lixo doméstico nas várias freguesias do concelho e reforce o número de ecopontos, incentivando a separação e a reciclagem; -----
2. Disponibilize informação e serviços de recolha de resíduos para transporte para ecocentro; -
3. Informação à população sobre a localização e funcionamento dos ecocentros existentes no concelho; -----
4. Aumente a sinalização e informação sobre proibição de deposição de lixo e resíduos em espaço público, aumentando também a fiscalização, de forma a identificar e remover lixeiras, bem como infratores.” -----

“RECOMENDAÇÃO: REQUALIFICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS NO CONCELHO -----

Santa Maria da Feira é um concelho com mais de 140 mil habitantes. Urge, pois, dotar o concelho de equipamentos que garantam mais e melhor qualidade de vida aos cidadãos feirenses. -----

O desporto e o lazer são hoje determinantes para uma maior qualidade de vida das pessoas. ----
Cabe, pois, às autarquias dotarem os seus concelhos de equipamentos e espaços, onde os cidadãos possam praticar desporto e usufruir de momentos de lazer. -----

É notória a falta de esquipamentos públicos para a prática de desporto no concelho de Santa Maria da Feira. Dos poucos que existem, a maior parte estão abandonados, degradados e constituem um perigo para os seus utilizadores. -----

É preciso fazer algo mais do que anúncios e ir além da mera retórica. O que é mesmo preciso é a requalificação dos equipamentos desportivos existentes no concelho, começando pelos campos e ringues desportivos que estão completamente abandonados. -----

A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 7 de abril, recomenda ao Executivo: -----

1. A sinalização de todos os equipamentos desportivos a necessitar de intervenção; -----
2. Intervenha, de forma urgente, no sentido de requalificar estes equipamentos e devolvê-los à população.” -----

“RECOMENDAÇÃO: REQUALIFICAR OS BAIROS E ATRIBUIR AS CASAS VAZIAS A QUEM DELAS
NECESSITA -----



De acordo com o número 1 do artigo 25.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, “Todo o ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle”.

Também determina o n.º 1 do artigo 65.º da Constituição da República Portuguesa que “todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”.

No entanto, o direito à habitação continua a não fazer parte da realidade de muitas famílias em Portugal. Um relatório recente das Nações Unidas vem criticar o estado geral da habitação social em Portugal, apontando condições deploráveis neste tipo de habitação. Infelizmente, a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira tem contribuído para essa imagem negativa e para a existência de políticas muito penalizadoras para com os mais pobres.

Para além do modelo de habitação social praticado assentar num tipo de habitação replicado um pouco por todo o país, que segrega e exclui, criando um estigma em torno dos habitantes de bairros de habitação social, não conseguindo sequer responder às necessidades de habitação económica e social, a maioria dos bairros sociais e dos equipamentos instalados nas zonas envolventes estão degradados, necessitando urgentemente de ser intervencionados.

Infiltrações de água da chuva nos telhados e paredes, canalizações velhas e degradadas, janelas e portas apodrecidas, são situações recorrentes e presentes em todos os bairros de habitação social no concelho, assim como parques infantis encerrados, equipamentos desportivos abandonados, passeios degradados e barreiras arquitetónicas.

Para além da falta de qualidade da habitação social promovida pelo município, existe ainda o problema da insuficiência de habitação para a necessidade e procura por parte dos munícipes. Apesar de haver muitas pessoas a necessitar de habitação com rendas mais baratas, a verdade é que a Câmara Municipal mantém algumas casas fechadas, sem serem atribuídas, a degradarem-se, como é o caso de várias habitações em Nogueira da Regedoura.

É urgente que estas habitações sejam alvo de obras de requalificação e sejam atribuídas às pessoas que delas necessitam.

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 7 de abril de 2017,



recomenda ao Executivo que: -----

1. A requalificação urgente de todos os bairros de habitação social no concelho de Santa Maria da Feira, eliminando problemas estruturais, problemas de infiltrações, de humidade e de fuga de calor; -----
2. Intervencionar todos os equipamentos e zonas envolventes dos bairros de habitação social do Concelho; -----
3. Executar obras nas casas de habitação social que atualmente se encontram vazias, procedendo à sua atribuição a quem delas necessita.” -----

Interveio o membro *Válter Amorim* (CDS-PP) que começou por dar nota que iria votar favoravelmente todos as moções e recomendações apresentadas. -----

Relativamente à moção sobre o 25 de Abril, disse que o 25 de Abril não é algo que seja só da Esquerda, que é de todas as áreas políticas, salientando que o CDS-PP se associava a este evento que é fundamental naquilo que é a história recente do País. Referiu que esse não seria o melhor momento da história do Portugal, que tem muitos momentos brilhantes, mas que, de facto, é um dos bons momentos que a história do País tem e que deve ser enaltecido. -----

Em relação à moção sobre o Dia Internacional do Trabalhador – 1.º de Maio, disse ser um momento marcante para todos os trabalhadores e trabalhadoras, que há muito é considerado relevante por aqueles que participam na construção da sociedade e da comunidade. Salientou que, tal como o 25 de Abril, o Dia do Trabalhador não é um dia da Esquerda em exclusivo. ----

No que diz respeito à recomendação pela requalificação da Quinta do Castelo, referiu tratar-se de um espaço que deve ser melhorado, em que é obrigatória uma intervenção positiva que lhe traga uma outra dinâmica e visibilidade. Frisou ser um ex-líbris do Concelho pelo que carece de um tratamento diferente para cativar mais as pessoas, ressaltando que aquele espaço tem que ser uma atração da cidade de Santa Maria da Feira. -----

Em relação à Saudação às Mulheres Portuguesas, disse que há que saudar todas as mulheres portuguesas e, evidentemente, as mulheres feirenses, sublinhando que as mulheres são a origem de tudo. Referiu que nunca é demais enaltecer, sistematicamente, o papel preponderante das mulheres, de tudo o que representam para a sociedade, para as famílias, para a comunidade, para o mundo. -----

Sobre a recomendação pelo reforço da Educação Ambiental e sobre a recomendação relativa



às medidas para eliminar lixeiras no Concelho, referiu que o problema é que existe falta de cidadania, de responsabilidade e de responsabilização, frisando ser necessário haver intervenções proativas e significativas em tais situações. Ressaltou que é preciso que as pessoas percebam, de uma vez por todas, que necessitam do meio ambiente para terem qualidade de vida, para terem uma vida melhor, e que, se nada fizerem, serão as primeiras a padecer das situações menos próprias que o Meio Ambiente, não em retaliação mas em consequência das más práticas das pessoas, possa preconizar. -----

Em relação à recomendação sobre a requalificação dos equipamentos desportivos, disse que o CDS-PP também já havia identificado essa situação e que igualmente considera que é importante reabilitar, que é fundamental que os equipamentos desportivos sejam uma realidade e não algo de abstrato que foi abandonado. -----

Concluindo, aludiu à recomendação sobre os bairros sociais para dizer que a questão da habitação social é um problema que graça pelo País e sobre o qual é necessário intervir para trazer dignidade às pessoas, salientando que essa dignidade é alcançada, muitas vezes, com pequenas coisas e com pequenos custos mas que poderão ter, para essas pessoas, um significado relevante. -----

Interveio a deputada municipal *Margarida Gariso* (PS) que começou por aludir à moção sobre o 25 de Abril para dizer que o grupo municipal do PS só a podia votar favoravelmente porque, desde logo, se não fosse o 25 de Abril não poderiam estar nesta Assembleia conforme estão, como eleitos, como autarcas. -----

Relativamente à Saudação das Mulheres Portuguesas, disse que o grupo municipal do PS só se podia associar e congratular com essa saudação. Referiu que o 25 de Abril foi importante porque promoveu maior proximidade naquilo que é a igualdade de oportunidades de género, salientando que, contudo, ainda há muito por fazer a esse nível. Disse, nesse âmbito, que quanto mais próximo for a representatividade daquilo que é os dois lados da humanidade, homens e mulheres, mais facilmente se conseguirá atingir o objetivo de ter uma sociedade equilibrada, desenvolvida e com paz social. -----

Sobre a moção relativa ao Dia Internacional do Trabalhador disse que o grupo municipal do PS também se associava a essa moção, frisando que o 1.º de Maio é uma data a comemorar. Realçou a urgência de combater a precariedade no emprego, a desigualdade salarial, a redução



dos salários, ressaltando que sem tal combate não se conseguirá construir a sociedade que o PS pretende, com o modelo de organização e com o estado social que defende, tendo em conta a qualidade de vida que foi alcançada até à data e que o 25 de Abril foi permitindo. -----
Quanto à recomendação pelo reforço da Educação Ambiental realçou que o Ambiente é a nossa casa e que se não tiver condições atmosféricas, sonoras, organização e a qualidade desejada para viver bem e uns com os outros, então não permitirá às pessoas viverem conforme desejam. Frisou a importância do reforço da educação ambiental e da fiscalização, fazendo notar que essas duas vertentes são essenciais para que as pessoas consigam ter melhor qualidade de vida. -----

Em relação à recomendação sobre a requalificação da Quinta do Castelo disse ter tido a oportunidade e a satisfação de ter estado numa iniciativa promovida pela Área Metropolitana do Porto para a plantação de árvores autóctones. Disse defender que os espaços verdes sejam equilibrados também na matéria ambiental, ressaltando que são as plantas autóctones que geram esses equilíbrios. Referiu ser preciso a Câmara fazer aquilo a que se comprometeu ao assumir a responsabilidade pela gestão da Quinta do Castelo, criando o que é necessário, nomeadamente ao nível da sinalização, da limpeza, da reabilitação, para que todos possam usufruir daquele espaço, comentando que, na verdade, tal não está a acontecer. -----

Aludindo à recomendação sobre a requalificação dos bairros e atribuição das casas vazias a quem delas necessita, disse que o PS teve a oportunidade, durante os últimos meses, de visitar vários bairros sociais e que, lamentavelmente, foi constatado que não estão cuidados, que precisam ser requalificados. Referiu ter sido uma promessa e um compromisso assumido por este Executivo camarário mas que, na verdade, não está a ser cumprido, dando nota da existência de ringues completamente esventrados, descuidados e abandonados, de parques infantis encerrados. Disse ser urgente intervir e que essa é uma responsabilidade da Câmara Municipal, que se impõe seja feita. -----

Quanto à recomendação respeitante às medidas para eliminar as lixeiras no Concelho referiu que, infelizmente, Santa Maria da Feira não é um concelho verde, que tem muita gente com más práticas, que tem muitas vias rodoviárias onde se acumulam lixos indevidamente. Disse haver a necessidade de educar as pessoas para as questões ambientais bem como a necessidade de os autarcas, quer municipais quer das freguesias, intervirem de forma mais eficaz para ter um Concelho mais limpo, mais organizado e verdadeiramente mais verde. -----



Sobre a questão da requalificação dos equipamentos desportivos no Concelho disse que o grupo municipal do PS associava-se a essa recomendação porque, de igual modo, conhece a realidade do Concelho no que a essa área diz respeito. Referiu que essa realidade foca, desde logo, o caso do pavilhão da Lavandeira, da responsabilidade da empresa municipal Feira Viva, dando nota que teve oportunidade de visitar aquele equipamento. Informou que houve a necessidade de alterar um jogo que estava marcado para aquele pavilhão porque no mesmo chovia, não reunindo as condições necessárias para que o jogo fosse ali realizado, tendo acabado por se disputar em São João da Madeira. Concluindo, disse haver uma necessidade urgente de se olhar para esses espaços e requalificá-los, de modo a serem devolvidos às populações para aquilo que eles, na verdade, são constituídos. -----

Interveio o membro *José Manuel Leão* (PSD) que começou por dar nota que, evidentemente, o grupo municipal do PSD iria votar favoravelmente as moções sobre o 25 de Abril e sobre o Dia Internacional do Trabalhador, bem como a Saudação às Mulheres Portuguesas. -----

Em relação à recomendação sobre a requalificação da Quinta do Castelo disse que o grupo municipal do PSD também a iria votar favoravelmente uma vez que o membro Filipe Moreira, proponente da mesma, honestamente reconheceu que a Câmara já tem programada uma intervenção para aquele espaço. Fez sobressair que foi apresentada uma candidatura para um volume de obras de quase 2 milhões de euros, aguardando-se que seja aprovada por forma a minimizar os custos que a Câmara vai ter nessa intervenção. -----

Sobre a recomendação pelo reforço da Educação Ambiental referiu que o grupo municipal do PSD a iria votar favoravelmente porque também defende esse reforço, destacando que o mesmo já começou há anos, com a educação das crianças. Destacou que, atualmente, as crianças já são autênticos fiscais dos pais e dos adultos em geral, pelo que essa educação se vai refletindo, acrescentando que cada vez mais os adultos estão a ficar conscientes de que é preciso preservar o ambiente. -----

Quanto à recomendação para requalificar os bairros sociais e atribuir as casas vazias a quem delas necessita, referiu que a Câmara já abriu, pelo que sabe, concursos públicos para a requalificação de dois bairros sociais, fazendo notar que os subsídios atribuídos pelo governo só abrangem bairros sociais que já tenham 15 anos de idade, comentando que, em Santa Maria da Feira, alguns ainda não atingiram essa idade. -----



Salientou que quem apresentou a recomendação foi oportunista porque fê-lo sabendo que a Câmara está a executar um plano de reabilitação de bairros sociais no Concelho, comentando que o grupo municipal do PSD iria votar contra apenas por essa razão, ou seja, porque o proponente da recomendação não teve a honestidade de reconhecer que a Câmara está a fazer trabalho nesse aspeto.-----

Frisou que o mesmo acontece em relação à questão da requalificação dos equipamentos desportivos no Concelho, salientando que, neste caso, nem é uma questão da Câmara pensar em intervir porque a mesma já tem feito uma intervenção absolutamente exemplar a esse respeito. Lamentou que o Bloco de Esquerda não tenha sido honesto e reconhecido que a Câmara tem intervindo, dizendo considerar que é altura do Bloco de Esquerda passar a viver no Concelho em vez de visitar o Concelho.-----

Em relação à recomendação sobre as medidas para eliminar lixeiras no Concelho disse que, também nesse aspeto, tem sido feito um grande trabalho e que o concelho de Santa Maria da Feira até é um exemplo a nível nacional, tanto no que diz respeito aos ecopontos como na questão da recolha e separação dos lixos. Referiu que tudo é possível de ser melhorado e que é preciso ter isso sempre em mente, mas que, no entendimento do grupo municipal do PSD, não havia razão para se trazer a esta Assembleia uma recomendação sobre um assunto que está a ser bem tratado e que tem tido uma evolução extremamente positiva, pelo que iria votar contra essa recomendação.-----

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para prestar alguns esclarecimentos, começando por dar nota que o concelho de Santa Maria da Feira não tem lixeiras e que usufrui de um excelente serviço de recolha de resíduos, porta a porta, que funciona muito bem. Referiu que pontualmente surgem algumas montureiras, que são essencialmente resíduos provenientes das obras de demolição e construção e que são criadas por pessoas que não têm uma consciência ambiental adequada, informando que os serviços camarários vão limpando essas montureiras sempre que necessário. -----

Fez também notar que existe no Concelho um serviço camarário, em articulação com as juntas de freguesia, de recolha de monstros, como são os casos dos eletrodomésticos e sofás velhos que, por vezes, as pessoas abandonam, salientando que dá muito mais trabalho ir levar esses sofás velhos para o monte do que telefonar e alguém para ir buscá-los a casa, pelo que não



percebe porque algumas pessoas continuam a fazer isso. -----
Informou ainda que a SUMA tem em curso uma campanha de educação ambiental, e que o faz regularmente porque faz parte do contrato, celebrado entre o Município e a SUMA, que a mesma tem que fazer campanhas de educação ambiental dentro do território de Santa Maria da Feira. -----

Em relação à questão dos equipamentos desportivos disse que o investimento nas condições para a prática desportiva, em vários setores, tem sido uma das grandes preocupações do Município e que considera que esse trabalho está perfeitamente à vista. -----

Sobre a reabilitação de bairros sociais informou que a Câmara vai intervir em 9 bairros sociais e que 2 deles estão já a concurso, designadamente os de Paços de Brandão e Milheirós de Poiares. Fez notar que a candidatura que está a decorrer é só para bairros sociais com mais de 15 anos de idade, realçando que a maioria dos existentes em Santa Maria da Feira têm menos idade e estão em bom estado, pelo que não podem ser submetidos a candidatura. -----

Referiu que tais fundos comunitários foram direcionados essencialmente para Lisboa e Porto, que têm bairros sociais muito degradados e fracos, alguns com mais de 30 anos e que precisam de grandes intervenções, reafirmando que Santa Maria da Feira não tem, felizmente, esse problema mas que, mesmo assim, serão reabilitados 9 bairros sociais, com verbas alocadas provenientes dos fundos comunitários. -----

Quanto à questão da reabilitação da Quinta do Castelo informou que a Câmara apresentou uma candidatura para essa obra que rondará os 2 milhões de euros, salientando que, como já tivera oportunidade de informar esta Assembleia, o projeto foi elaborado por uma equipa de projetistas coordenada pela Prof. Teresa Andresen, da Universidade do Porto, dizendo tratar-se de uma figura notável na área da intervenção do espaço público. -----

Deu nota que o projeto está aprovado, que já teve oportunidade de o apreciar, tal como os técnicos da Câmara, comentando que a Quinta do Castelo vai ficar absolutamente fantástica, digna do território de Santa Maria da Feira. Concluindo, disse poder assegurar que o respetivo concurso público vai arrancar muito em breve e que talvez seja possível que as obras se iniciem ainda no decorrer do presente ano. -----

Posto isto, o *Sr. Presidente da Assembleia* informou que, como habitualmente, esta Assembleia Municipal realizaria a sua sessão solene comemorativa do 25 de Abril, e que os



srs. deputados municipais receberiam em breve o convite para a mesma.-----

De seguida, submeteu a votação as recomendações e moções apresentadas, tendo-se verificado os seguintes resultados: -----

– *Moção apresentada pelo membro Filipe Moreira (CDU) intitulada “25 de Abril”*:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais e o membro independente –, estando presentes 46 dos 54 membros que compõem este Órgão, aprovar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– *Moção apresentada pelo membro Filipe Moreira (CDU) intitulada “Dia Internacional do Trabalhador – 1.º de Maio”*:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais e o membro independente –, estando presentes 46 dos 54 membros que compõem este Órgão, aprovar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– *Saudação apresentada pelo membro Filipe Moreira (CDU) intitulada “Saudação às Mulheres Portuguesas”*:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais e o membro independente –, estando presentes 46 dos 54 membros que compõem este Órgão, aprovar a saudação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– *Recomendação apresentada pelo membro Filipe Moreira (CDU) intitulada “Reforço da Educação Ambiental”*:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais e o membro independente –, estando presentes 46 dos 54 membros que compõem este Órgão, aprovar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– *Recomendação apresentada pelo membro Filipe Moreira (CDU) intitulada*



“Requalificação da Quinta do Castelo”:-----
A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais e o membro independente –, estando presentes 46 dos 54 membros que compõem este Órgão, aprovar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– Recomendação apresentada pelo membro Moisés Ferreira (BE) intitulada “Medidas para eliminar lixeiras no concelho”:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 17 votos a favor (PS: 14, CDS-PP, CDU, BE), 28 votos contra (PSD: 27, IND.) e 1 abstenção (PS – Valdemar Silva), rejeitar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– Recomendação apresentada pelo membro Moisés Ferreira (BE) intitulada “Requalificação dos equipamentos desportivos no concelho”:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 18 votos a favor (PS: 15, CDS-PP, CDU, BE) e 28 votos contra (PSD: 27, IND.), rejeitar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

– Recomendação apresentada pelo membro Moisés Ferreira (BE) intitulada “Requalificar os bairros e atribuir as casas vazias a quem delas necessita”:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 17 votos a favor (PS: 14, CDS-PP, CDU, BE), 28 votos contra (PSD: 27, IND.) e 1 abstenção (PS – Ana Pires de Oliveira), rejeitar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

Entraram os membros António Valdemar Ribeiro – Presidente da Junta de Freguesia de Fiães, e Luis André dos Santos – Presidente da Junta de Freguesia de Fornos.-----

De seguida, o *Sr. Presidente da Assembleia*, uma vez não esgotado o tempo regimental estabelecido para este Período de Antes da Ordem do Dia, abriu as inscrições para o caso de



algun membro querer intervir para, por exemplo, colocar alguma questão à Câmara. Feitas as inscrições à Mesa, passou a palavra à deputada municipal Aldina Cabral.-----

Interveio a deputada municipal *Aldina Cabral* (PSD) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“No passado dia 4 foi apresentado, na Biblioteca Municipal de Santa Maria da Feira, aquando da I Conferência Internacional de Turismo, o Plano Estratégico e de Marketing para o Turismo de Santa Maria da Feira. -----

Uma apresentação oportuna e adequada a um tempo em que as manifestações e efeitos do Turismo se sentem de um modo notável e sem precedentes. Cada vez mais indivíduos fazem turismo, com efeitos impactantes na economia, no ambiente, na cultura e até nas mentalidades dos que o fazem e dos que o acolhem. -----

Na verdade, a complexidade do fenómeno “Turismo” carece de uma reflexão séria que proporcione a identificação das diferentes expectativas da heterogeneidade dos turistas e de uma quantificação mais rigorosa das distintas formas de turismo. Só assim se asseguram as condições e os fatores determinantes ao seu desenvolvimento que se pretende sustentável e irreversível.-----

Com uma realidade tão diversificada e genuína a nível de Património Natural (desde os cursos ribeirinhos do Uíma e do Inha, às espécies de fauna e flora ou ao Parque Ornitológico Zoo de Lourosa), e a nível de Património Histórico e Cultural, como o nosso Castelo ou o Castro de Romariz, sem esquecer os museus, locais privilegiados de preservação de memória, a apresentação de um Plano Estratégico e de Marketing para o Turismo de Santa Maria da Feira enquadra-se na definição (ou redefinição) de um planeamento transversal e congregador das valências do nosso território, numa linha estratégica pautada por uma autenticidade identitária, que terá necessariamente como consequência uma oferta diferenciadora.-----

Toda esta realidade patrimonial e cultural que caracteriza o nosso território vê-se potenciada e valorizada nos diferentes eventos culturais (que são já estruturantes da nossa cultura local) e reconhecidos no país e no estrangeiro.-----

Esta dinâmica cultural foi gerando, ao longo dos anos, profissionalismo e experiência, sendo por isso também valorizada pelos empresários e comunidade local, como é salientado neste Plano, o que constitui uma mais-valia a capitalizar no futuro. -----



A avaliação diagnóstica desta realidade fornecerá as orientações comuns a seguir pelos diferentes agentes, promovendo o desenvolvimento social, económico e ambiental de todo o território, e procurando ocasionar o usufruto de experiência únicas e memoráveis não só a todos os visitantes como à nossa comunidade. -----

Como foi clarificado na apresentação deste Plano, a definição de uma estratégia turística territorial contribui para o desenvolvimento integrado deste destino chamado concelho de Santa Maria da Feira, sendo as relações espaciais entre os produtos turísticos o principal objetivo de intervenção deste Plano Estratégico. -----

Neste sentido, são valorizados os 4 polos turísticos que, de uma forma estruturada, concentram a maior oferta turística do Concelho e que têm a maior capacidade de promover a visita aos demais centros de interesse e atração turística: -----

Castelo e Centro Histórico, -----

Europarque, -----

Termas e Natureza e... -----

Turismo Industrial, cujo rosto, no nosso concelho, é o Museu do Papel Terras de Santa Maria, em Paços de Brandão, o primeiro museu dedicado à História do Papel em Portugal. “Um pequeno grande museu”, como é classificado na Revista Visão desta semana. -----

Mas para isso e “para que este potencial se torne efetivo, temos de saber onde estamos, para onde queremos ir e como vamos lá chegar”, citando as palavras do Sr. Presidente da Câmara, na mensagem que antecede este Plano. -----

A terminar, pensamos que estão definidas estratégias sérias de um desenvolvimento sustentável, fazendo eco da identidade do nosso território, numa estratégia inequívoca de complementaridade, com vista à criação de condições para melhorar a oferta turística e para incrementar novos, e mais estáveis, fluxos turísticos, numa aposta que verdadeiramente nos diferencie das múltiplas ofertas concorrentes, e que proporcione o reforço e uma nova afirmação da notoriedade do nosso Concelho, no mercado turístico nacional e internacional.” -

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por dizer que no dia 18 de abril celebra-se o Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, questionando se a Câmara Municipal pretendia aderir a esse dia, recordando que no Concelho existem muitos e diversificados monumentos.-----



Referiu de seguida que a CDU, no início deste mandato, apresentou uma recomendação nesta Assembleia Municipal para que se iniciasse o processo de qualificação do Castro de Fiães como Imóvel de Interesse Público. Recordou que a mesma foi, na altura, rejeitada com a justificação de que a Câmara Municipal já tinha iniciado o processo de qualificação, questionando qual o ponto de situação desse processo. -----

Questionou, ainda, qual o ponto da situação da candidatura de Santa Maria da Feira ao programa Cidade Amiga das Crianças, salientando que essa foi também uma proposta apresentada pela CDU nesta Assembleia Municipal. -----

Prosseguindo, disse ter estado presente, no decorrer deste dia, na greve efetuada pelas trabalhadoras da fábrica têxtil Huber Tricot, e que, para além das críticas feitas à própria fábrica, ouviu críticas feitas a alguns aspetos do Município. Fez notar que uma das trabalhadoras dizia que pagava, de passe de transporte coletivo entre Lobão e Santa Maria da Feira, mais de 70 euros mensais, ressaltando tratar-se de um valor muito alto para a distância percorrida. Disse que, para além disso, essa trabalhadora queixou-se que esse transporte escolar que apanhava ia sempre sobrelotado, com crianças em pé, salientando que isso é uma prova evidente de que os transportes escolares no Concelho não estão a cumprir com as regras de segurança estabelecidas, deixando essa questão à Câmara no sentido de haver maior fiscalização nessa matéria. -----

Disse que outra questão foi levantada por uma trabalhadora que, estando a viver em Lobão, continua registada em Sanguedo. Referiu que tal questão está relacionada com o encerramento do centro de saúde de Sanguedo, lembrando que as pessoas desse centro de saúde foram encaminhadas para Argoncilhe e que, na altura, reivindicaram transporte e que lhes foi dito que ou a Junta de Freguesia ou a Câmara Municipal ia fornecer transporte para efetuar a deslocação para Argoncilhe, mas que tal nunca aconteceu. -----

Referiu que, entretanto, as populações iniciaram uma luta que teve alguma projeção na comunicação social nacional e, até, internacional, e que, pelo que sabe, o centro de saúde de Sanguedo irá reabrir duas tardes ou manhãs por semana, ou algo do género. Frisou que, nesse âmbito, foi comunicado aos utentes que passarem do centro de saúde de Argoncilhe para o de Sanguedo que só vão poder ser atendidos nessas duas tardes ou manhãs e que perdem a possibilidade de serem atendidos no centro de saúde de Argoncilhe, sublinhando que a CDU iria apurar essa informação para poder fazer uma intervenção mais assertiva e fundamentada. -



Realçou que essa cidadã continua registada em Sanguedo porque disseram-lhe que caso se registasse em Lobão não tinha qualquer hipótese de arranjar um médico de família, salientando que essa cidadã há 10 anos que vem sendo aconselhada para não se registar em Lobão para não perder o médico de família. -----

Concluindo, lamentou que em pleno Séc. XXI ainda existam cidadãos portugueses que não têm um médico de família, fazendo sobressair que, no município de Santa Maria da Feira, é preciso tomar medidas para que tais situações não aconteçam. -----

Interveio o membro *Manuel Amorim Duarte* (PS) que referiu que, na sessão desta Assembleia realizada no dia 26 de setembro de 2015, o grupo municipal do PS apresentou uma recomendação denominada Rotunda no Picoto, a qual foi aprovada por unanimidade. Perguntou ao Sr. Presidente da Câmara quais as démarches que foram feitas para dar cumprimento à recomendação, questionando se a Câmara já obteve resposta da Infraestruturas de Portugal, ou do Secretário de Estado, sobre o assunto. Concluindo pediu que, caso houvesse, lhe fosse facultada a documentação sobre essa questão. -----

Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) para, em relação ao Plano Estratégico e de Marketing para o Turismo de Santa Maria da Feira, questionar qual é a perspetiva da Câmara, no âmbito desse Plano, quanto à potenciação da margem do rio Douro, em Canedo. -----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que começou por aludir a um assunto relacionado com a empresa designada de Winner Advantage, Lda., localizada em Paços de Brandão, fazendo notar que esse assunto mereceu um requerimento por escrito, do BE, à Câmara Municipal, mas cuja resposta não respondeu às questões nele colocadas. Referiu que essa empresa dedica-se, pelo que está registada, ao comércio, importação, exportação, fabricação e transformação de produtos derivados de cortiça, mas que, na verdade, aquilo que faz é a incineração de todo e qualquer material, como plásticos, madeiras e outros. -----

Salientou que os vizinhos queixam-se, e com razão, de ser impossível morar ao lado dessa empresa, em primeiro lugar pelo constante fumo e poeiras que origina e, para além disso, pela infestação de ratos e outra bicharada que tem origem no terreno daquela empresa. -----

Referiu que a verdade é que essa empresa está localizada no Concelho, causa problemas



ambientais é de qualidade de vida, causa problemas aos vizinhos e não labora naquilo para que supostamente está licenciada, questionando se a Câmara alguma vez recebeu queixas sobre essa empresa e se alguma vez interveio ou as endereçou a alguma entidade ou autoridade competente. -----

Disse que a outra questão era no seguimento das recomendações que o BE apresentou nesta sessão, ressaltando que o PSD quis, mais uma vez, ser a força de bloqueio do desenvolvimento de Santa Maria da Feira e chumbou tais recomendações. -----

Posto isto, questionou para quando a intervenção no ringue de Nogueira da Regedoura, comentando que nesse ringue as balizas estão a cair e são um perigo para os utilizadores. -----

Questionou para quando a intervenção no ringue em Santa Maria de Lamas, realçando que nesse caso nem sequer há balizas e não se pode aceder ao campo pela porta por estar invadido pelo mato. Questionou, também, para quando a intervenção no ringue de Lourosa. -----

Concluindo disse, sobre a acusação de que o BE usou de oportunismo político, que oportunismo político é ter as mesmas propostas quando são eleições, ou quando se avizinham eleições e, depois, não as concretizar, pelo que perguntava à Câmara para quando a concretização dessas propostas. -----

Interveio a deputada municipal *Margarida Gariso* (PS) que começou por referir que, em julho de 2016, foi aprovada na Assembleia da República, por unanimidade, uma lei que profbe o abate de animais errantes como forma do controle da população e obriga à esterilização e encaminhamento desses mesmos animais para adoção. -----

Disse saber que o Município utiliza o Canil Intermunicipal da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria e que, semanalmente, envia para lá alguns animais, salientando que gostava que o Sr. Presidente da Câmara a esclarecesse sobre qual é a política que está a ser adotada no sentido de cumprir com o diploma legal que referiu, fazendo sobressair que os animais fazem parte do equilíbrio ambiental pelo que é preciso saber respeitá-los. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* usou da palavra para prestar os esclarecimentos tidos por convenientes. -----

Aludindo à questão colocada pelo membro Filipe Moreira sobre o Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, informou que o dia está programado e que a programação está



disponível no site www.patrimoniocultural.pt/dims2017. Convidou todos os membros da Assembleia a participarem nas várias atividades programadas para esse dia, comentando que, muitas vezes, a Câmara tem uma grande preocupação na comemoração destes eventos e, depois, a adesão nem sempre é a desejada.-----

Sobre a classificação do Castro de Fiães disse que houve um processo de classificação e que, pelo que julga, o Castro de Fiães já está classificado. -----

Em relação à candidatura a Cidade Amiga das Crianças disse que a Câmara já fez a candidatura e que, neste momento, está a fazer o plano de ação. -----

Quanto à questão dos transportes escolares deu nota que a Câmara está a cumprir rigorosamente, comentando que, por vezes, as crianças utilizam carreiras públicas e, aí, naturalmente que há outro tipo de passageiros.-----

Sobre a questão relacionada com os centros de saúde de Argoncilhe e de Sanguedo, e dos médicos de família, referiu que poderá haver uma ou outra situação pontual menos bem conseguida, comentando ainda que, por vezes, há queixas que não correspondem exatamente à realidade. Salientou que o Concelho tem o melhor sistema de saúde do País ao nível dos cuidados de saúde primários, destacando também os cuidados de saúde hospitalares existentes em Santa Maria da Feira. Disse ter dúvidas que haja, nesta sala, alguém sem médico de família a menos que seja por opção, fazendo notar que ele próprio já perdeu o médico de família porque não foi a nenhuma consulta dentro de um determinado período, recordando que se uma pessoa não for ao médico de família perde, ao fim de algum tempo, a inscrição.----

Em relação à questão colocada pelo membro Amorim Duarte sobre a rotunda no Picoto, disse que a proposta de que falou aquele membro tem alguns anos, informando que, na verdade, a criação dessa rotunda não tem viabilidade. Referiu que uma rotunda tem de ser construída no eixo da via e que, no local em questão, não é possível fazê-la devido à falta de espaço, porque existe ali a Garagem Rêgo e um bloco de apartamentos que torna inviável a rotunda. Sublinhou que a rotunda do Picoto existe e que está localizada mais à frente, na confluência com a A41, comentando que essa rotunda funciona muito bem.-----

Sobre a questão do membro Sérgio Cirino relativa ao Porto Carvoeiro, em Canedo, disse que a Câmara pretende o alargamento da plataforma em terra porque, neste momento, não dá para parar um autocarro naquele local, salientando que tal situação não faz sentido. Referiu que esse tem sido o ponto de conflito porque as várias soluções apresentadas pela APDL -



Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, SA, não contemplam tal alargamento, sublinhando que a Câmara tem reunido com essa entidade e que ele próprio pretende agendar uma reunião com a mesma para abordar essa matéria. Disse julgar que se está no bom caminho para permitir o alargamento dessa plataforma, informando ainda que, para além disso, os planos preveem a construção de um cais de acostamento. Fez notar que tais planos existem há pelo menos 10 anos mas que não há dinheiro para concretizá-los, realçando que o País está sem dinheiro e que a cativação, que é o novo nome do corte na despesa, é uma constante, dizendo esperar que haja dinheiro para concretizar o que se deseja para o Porto Carvoeiro.-----

Sobre a questão da fábrica localizada em Paços de Brandão, solicitou ao Sr. Vereador que respondesse novamente à questão, por escrito, tendo em conta as novas informações prestadas pelo membro Moisés Ferreira que clarificaram a questão.-----

Em relação às intervenções nos ringues polidesportivos deu nota que a Câmara vai fazer o levantamento de todos, ressaltando que a prioridade é intervir naqueles que têm alguma entidade a tomar conta e a gerir tais equipamentos. Referiu que quando não há essa entidade os ringues reabilitados acabam por ser vandalizados, reafirmando que se não houver quem tome conta não vale a pena fazer o investimento.-----

Quanto à questão colocada pela deputada municipal Margarida Gariso sobre os animais abandonados, nomeadamente os cães, disse que a Câmara usufruiu dos serviços de um excelente canil intermunicipal e que, além disso, existe no Concelho uma associação amiga dos animais, que é a Aanifeira, que faz um trabalho notável no território a esse nível, fazendo notar que a Câmara apoia essa associação com a cedência das instalações e atribuindo-lhe um subsídio mensal para ajudar nas despesas.-----

Disse haver, efetivamente, uma grande preocupação derivada da legislação saída no âmbito dessa matéria, embora ainda não regulamentada, que profbe o abate dos animais abandonados, destacando que isso é um desafio grande para todos os municípios e que prova disso é que, no dia de hoje, viu num jornal que Guimarães está com um problema porque não se pode abater os animais e os canis já estão esgotados, questionando o que se vai fazer a seguir.-----

Sublinhou que, ao nível do canil intermunicipal, tem havido uma fortíssima política na adoção de animais mas que, apesar disso, tem havido dificuldades em obter quem queira ficar com os animais, resultando em que somente cerca de 50% dos animais sejam adotados.-----



Concluindo, disse que essa matéria traduz um desafio muito grande e, daí, já estar a ser planeada a ampliação do canil intermunicipal, comentando que os técnicos estão a estudar as soluções possíveis e que essas serão encontradas muito em breve.-----

O membro *Manuel Amorim Duarte* (PS) pediu novamente a palavra, o que lhe foi concedido. Aludindo à questão que havia colocado sobre a rotunda no Picoto e na sequência da resposta dada pelo Sr. Presidente da Câmara de que não havia terreno suficiente para a fazer, referiu haver terreno mais do que suficiente, que há terreno público de sobra e que não é preciso mexer em nada para construir a rotunda, destacando que, junto à Autoviação Feirense, foi construída uma rotunda com menos terreno disponível. -----

Concluindo, questionou o que fazem, afinal, os membros da Assembleia Municipal uma vez que fizeram aprovar uma recomendação, por unanimidade, com o apoio de todos os grupos municipais, e nada foi feito pela Câmara para dar cumprimento a essa recomendação.-----

O *Sr. Presidente da Câmara* usou novamente da palavra para repetir que não há terreno suficiente para construir a rotunda. -----

Posto isto, o *Sr. Presidente da Assembleia* deu por encerrado o Período de Antes da Ordem do Dia, introduzindo, de seguida, o Período da Ordem do Dia. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

1 – Ata:-----

- Ata n.º 20 – Sessão Ordinária de 17 de fevereiro de 2017 -----

Assunto retirado da Ordem do Dia. -----

2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em referência, constante do II Relatório de 2017, informação escrita dada pelo Sr. Presidente da Câmara onde se sintetiza a atividade financeira do Município, a sua capacidade de endividamento, a listagem das obras e fornecimentos adjudicados, bem como uma análise síntese ao PAEL, documento oportunamente distribuído, por fotocópia, aos membros da Assembleia Municipal – cujo teor



se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas – submetendo-o, em seguida, a apreciação. -----

Verificando que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia, dado o presente assunto não exigir qualquer votação, tendo a Assembleia tomado conhecimento da Informação em epígrafe. -----

Entraram os membros Márcio Correia, Armando Teixeira – Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa, e Maria Manuela Teixeira – Presidente da União das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteiró. -----

3 – Documentos de Prestação de Contas do Município do ano de 2016-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou os documentos em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 3 de abril de 2017 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Interveio o membro *Válter Amorim* (CDS-PP) que começou por dizer que, ao discutir-se os documentos de Prestação de Contas está-se a escarpelizar se aquilo que foi um planeamento pensado e estruturado foi conseguido, não só em termos das atividades desenvolvidas como em termos financeiros, acrescentando que, sendo a última vez que tais documentos são apreciados no presente mandato, era ainda conveniente fazer uma aferição do exercício da Câmara durante o mandato.-----

Referiu que, apesar de nem tudo ter sido perfeito, a verdade é que evoluiu-se em relação àquilo que era, há 4 anos, a realidade de Santa Maria da Feira, ressaltando que algumas das situações e benefícios que foram ganhos são extremamente relevantes para a vivência dos feirenses, como a finalização da rede de saneamento básico e a capacidade de ter um PDM que vai dar resposta no futuro. -----



Disse que foi extremamente importante perceber que, numa era de dificuldade económico-financeira que o País grassou, em Santa Maria da Feira houve a capacidade de promover uma gestão assertiva, que diminuiu largamente a dívida, ressaltando ser significativo que, desde 2013, a dívida global do Município tenha baixado na ordem dos 18,7 milhões de euros. -----
Realçou que a racionalização das despesas e a capacidade de tornar os orçamentos reais é extremamente importante e dá seriedade e transparência àquilo que é o exercício, destacando ainda a diminuição conseguida do prazo de pagamento aos fornecedores, levando a que Santa Maria da Feira saísse da lista negra dos municípios que não assumiam as suas responsabilidades, comentando que tal facto traduz um virar de página fundamental no Concelho. Salientou que a Câmara, com tais medidas, incrementou a sua credibilidade não só para com os fornecedores e parceiros da edilidade, mas também com as estruturas financeiras que reconhecem, na gestão desenvolvida pela Câmara, uma outra capacidade e responsabilidade desta, e, dessa forma, apresenta um menor risco, dizendo considerar tal facto relevante. -----
Fez sobressair que, face ao tempo difícil que se atravessa, é relevante a preocupação de manter uma intervenção séria e forte naquilo que é a ação social e a empregabilidade, salientando que esses foram esteios preponderantes defendidos pelo CDS-PP, pelo que lhe aprazia registar que houve uma evolução, para melhor, daquilo que era a realidade de Santa Maria da Feira há 4 anos. -----
Disse querer destacar, entre as muitas coisas conseguidas, a ação e intervenção na cultura e na dinamização que adveio dessa intervenção da Câmara juntamente com a das associações e das estruturas que se movem nestas áreas, possibilitando que o Concelho tivesse finalmente transposto as suas barreiras e tido o reconhecimento nacional e internacional, salientando concordar que aquilo que hoje se verifica em Santa Maria da Feira é completamente distinto daquilo que era há 4 anos. -----
Frisou a evolução havida em termos do turismo, fazendo notar que há uma procura muito significativa por Santa Maria da Feira e que esta já consegue cativar as pessoas para ficarem mais dias no Concelho, e não apenas o visitarem de passagem, ressaltando que os números, a esse nível, falam por si. -----
Destacou alguns dos projetos desenvolvidos, como o “Jovem Autarca”, o “Good Makers”, o “Bizfeira”, bem como o fomento da coesão social que foi preconizado e que resultou na



constituição de 21 Fóruns Sociais de Freguesia. -----
Realçou o Plano Estratégico para a Terceira Idade, comentando que nenhuma comunidade pode deixar de se preocupar com aquilo que é a sua base e o seu rumo, pelo que considera fundamental investir nas crianças e nos jovens bem como criar dignidade para aqueles que já foram produtivos e construíram aquilo que hoje existe, e que os feirenses reconheçam que tais pessoas, chegadas à fase da aposentadoria, ainda têm muito para oferecer, dizendo que tais intervenções são de salutar. -----

Disse ser premente continuar a investir na habitação social, na educação, na saúde e no bem-estar das comunidades, reafirmando que as múltiplas atividades que foram desenvolvidas nos últimos 4 anos produziram, na sua visão, melhor qualidade de vida, melhor bem-estar e, acima de tudo, melhores soluções para os interesses dos feirenses. -----

Prosseguindo a sua intervenção o membro Válter Amorim, sobre a parte em específico da gestão municipal, disse haver maior rigor, maior responsabilidade, reafirmando que a dívida diminuiu e que os prazos de pagamento a fornecedores diminuíram, salientando que se notam coisas importantes. -----

Disse também querer parabenizar os técnicos da Câmara e a responsável do Pelouro de Administração e Finanças pela qualidade dos documentos apresentados, comentando que atualmente é bem mais fácil de os ler e interpretar do que era há 4 anos. -----

Em relação à questão da capacidade financeira do Município referiu que ao ver os indicadores financeiros, como o índice de solvabilidade, a autonomia financeira, o indicador da liquidez geral, as receitas prementes, o ativo, os fundos próprios, verifica que a realidade do Concelho é, hoje, completamente distinta daquela que se encontrava há 4 anos, salientando que tudo isso é sintomático de que houve uma responsabilidade, uma melhoria significativa da forma como se operacionalizou as intervenções, ressaltando que prova disso é que o Orçamento para 2016 era de 74,8 milhões de euros e conseguiu-se um total de receita líquida cobrada de 76,5 milhões de euros, demonstrando ter havido, portanto, maior capacidade de resposta. -----

Referiu, em relação às despesas, que a taxa de execução de 73,38% pode levar a considerar-se que não houve investimento, ressaltando, sobre isso, que a verdade é que tal derivou daquilo que foi a incapacidade a nível nacional, e não somente do concelho de Santa Maria da Feira, de aceder aos fundos comunitários. -----

Concluindo a sua intervenção disse que nem tudo foi perfeito, realçando que não queria



concluir sem deixar de chamar a atenção para um pormenor respeitante ao Relatório de Atividades, salientando não ter conseguido validar, em lado nenhum do documento, a taxa de execução das atividades planeadas, ressaltando que esse dado poderia fazer transparecer aquilo que foi o bom planeamento, ou não, do exercício. -----

Usou da palavra a deputada municipal *Margarida Gariso* (PS) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Eis chegado o momento de fazermos um balanço à atividade desenvolvida pelo executivo PSD neste mandato.-----

Escreve o sr. presidente da câmara no relatório de atividades de 2016, em jeito de balanço, e cito, que “as metas a que nos propusemos foram atingidas e até ultrapassadas”. Esta frase deixa perplexos os feirenses. -----

Vamos aos factos. Há quase quatro anos, o atual presidente de câmara apontou três eixos para o seu mandato: rede viária, coesão social e desenvolvimento económico e emprego.-----

Vamos começar pela requalificação da rede viária. Consta do relatório de atividades que estão adjudicados ou em processo de adjudicação, mais de 100 Kms de estradas. Foram prometidos cerca de 500 Kms. Ou seja, a taxa de execução cifra-se apenas em 20 %. Afinal, esta meta não foi atingida ou muito menos ultrapassada. Nos próximos seis meses, irá esta câmara requalificar os demais 400 kms? -----

Nos últimos 42 meses, o que fez esta câmara por uma mobilidade para todos? O sr. presidente prometeu a eliminação de barreiras arquitetónicas em espaços e edifícios públicos. O que fez nessa área? Quase nada. Logo, o sr. presidente está em falta com as pessoas.-----

Nos últimos 42 meses, prometeu esta câmara avançar com novas vias de carácter estruturante. Prometeu a construção do eixo das cortiças desde Santa Maria de Lamas até à zona industrial de Fiães, e não o fez! Onde está a conclusão da via Feira-Nogueira? Aqui estão outras metas não alcançadas. -----

Onde está a prometida sinalética de trânsito e informativa? Em final de mandato, continua a prometê-la. Também atingiu esta meta? Não. -----

Quanto aos transportes, onde estão os prometidos dois centros coordenadores de transportes? Onde está a prometida rede de transportes públicos? Nos últimos 42 meses, o sr. presidente nada fez sobre esta matéria. Vai esta câmara fazer em seis meses o que não fez em 42? Mais



um objectivo por cumprir. -----

Passemos ao desenvolvimento económico e emprego. -----

No que se refere à temática do desemprego, felizmente, e a nível nacional, o desemprego atingiu em 2017 valores de 2009, ou seja, baixou para os 10% por força da ação do governo do Partido Socialista e do empreendedorismo dos nosso empresários. No nosso concelho, os valores do desemprego acompanham os valores nacionais, mas em momento algum se verifica a ação direta da câmara para atingir estes resultados.-----

Falemos do PERM e do Lusopark. O PERM, que resulta de uma parceria público-privada, celebrada entre a Associação de Municípios Terras de Santa Maria e um consórcio privado de cinco empresas, quantos empregos gerou até à data? Eu respondo. Nenhum! O Lusopark, parque empresarial privado, também não gerou ainda qualquer posto de trabalho.-----

O nosso concelho distingue-se a nível mundial no setor da cortiça. Temos um parque empresarial da cortiça praticamente ao abandono e temos indústrias disseminadas em zonas residenciais. Este é um de vários projetos rotundamente falhados pelo PSD nos últimos 40 anos, a par com a inexistência de uma rede viária moderna verdadeiramente estruturante da totalidade do território. Estas são outras metas não atingidas pelo sr. presidente.-----

Foi prometida a requalificação das zonas industriais, tão necessária e reclamada pelos empresários. Nos últimos 42 meses, nada foi feito para requalificar as zonas industriais. Nos próximos seis meses, as zonas industriais vão ter acessos dignos do século XXI? Afinal, sr. presidente, também não atingiu este objectivo.-----

Nos últimos 42 meses, prometeu esta câmara municipal considerar o Ambiente como um factor estratégico de qualidade de vida. Prometeu um concelho verde. O que fez a câmara? Olhemos para as sucessivas descargas de efluentes nas margens do Uíma e as lixeiras ao longo de várias vias locais para concluirmos que não temos um concelho verde. Outro objectivo não alcançado. -----

Foquemo-nos, agora, na coesão social. -----

Esta câmara prometeu requalificar habitações e espaços exteriores no parque habitacional do município. Visitámos vários bairros sociais e verificámos que nos últimos 42 meses nada foi feito. Mais uma meta por atingir. -----

Nos últimos 42 meses, esta câmara prometeu cuidados de saúde de excelência para todos. Prometeu construir os edificios em falta em Milheirós de Poiares, Canedo, Escapães e S. Paio



de Oleiros / Nogueira da Regedoura. Prometeu, mas não fez.-----

O que pensam os feirenses desta câmara praticar um valor de IMI dos mais elevados do País e de não lhes devolver um cêntimo de IRS? -----

Como pode Santa Maria da Feira afirmar-se como um concelho solidário quando aumentou o custo da água e saneamento em 2015 e vai voltar a aumentar a partir de 2018, como consequência do contrato ruinoso que a câmara PSD celebrou com a Indaqua? -----

Nos últimos 42 meses, prometeu esta câmara municipal apoiar o associativismo. Mas são várias as dezenas de associações que foram excluídas de qualquer apoio. Nos últimos 42 meses, os eventos culturais fixaram-se na cidade-sede do concelho, quando a cultura deve alargar-se a todo o território municipal. -----

Nos últimos 42 meses, prometeu esta câmara melhor gestão e transparência. Em 2016, porém, esta câmara desceu nada menos de 36 lugares no Índice da Transparência Municipal, baixando da posição 178 para a posição 214. Mais um objetivo não atingido. -----

A diminuição da dívida municipal e dos prazos de pagamento, alvo de elogios no relatório de atividades, é justificável apenas pelos cortes sucessivos no investimento. Não pelo mérito da gestão como é apregoado. Os cortes feitos no investimento entre 2013 e 2016 ultrapassam os 25 milhões de euros. -----

Feita a análise do mandato, constata-se algo de muito simples: esta câmara desinvestiu fortemente. Os factos comprovam que a redução da dívida foi feita à custa de um desinvestimento em várias áreas. Donde se conclui que o sr. presidente não atingiu as metas com que se comprometeu e, pior do que isso, não cumpriu com as promessas eleitorais feitas aos feirenses em 2013.” -----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) baseando-se em documento que disponibilizou e cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Uma vez que este documento será o último deste mandato, foi, e bem, introduzido um apanhado de toda a atividade da Câmara nestes 4 anos. Assim, permite-se à oposição uma primeira e breve análise ao mesmo período. -----

Dada a dimensão dos documentos não foi possível uma análise minuciosa, mas mesmo assim permitiu verificar o tom laudatório do mesmo, como assim não poderia deixar de ser. -----

Não queremos com isto dizer que não houve aspetos positivos neste mandato! Houve-os, onde



se destaca, por exemplo a iniciativa Good Makers ou a renovação e dinamização do António Lamoso que voltou a ser um dos pulmões culturais do município, apesar dos elevados preços cobrados às Associações no aluguer da sala.-----

Registamos, com muito agrado, a adoção de medidas propostas pela CDU nas GOP (e refira-se, que algumas, não faziam parte das propostas eleitoras do PSD), nomeadamente a Rota das Árvores, iluminação Led que facilitou o religar de todas as lâmpadas do município, entre outras.-----

Registamos, também, que este mandato pode ser dividido em dois períodos distintos, um que vai até 2016 e outro de 2016 em diante. Sendo que o último período regista-se uma muito maior atividade do executivo. Estratégia que estamos já habituados, dado o aproximar do final dos 4 anos.-----

No entanto há ainda muito por fazer! -----

É verdade que nos últimos anos se tem verificado uma diminuição do desemprego no município, fruto essencialmente da adoção de políticas mais frescas a nível nacional. Por outro lado, temos assistido a um aumento do trabalho precário, fruto da predominância do capitalismo selvagem. Ou seja, a generalidade dos empregos criados é precária e pouca mais segurança dá aos trabalhadores. Sendo mesmo este o fenómeno mais premente a que todos os políticos devem combater, tanto a nível nacional como regional. -----

Nestes 4 anos, segundo dados da Pordata, o município perdeu jovens com a emigração e deixou de ser atrativo para imigrantes. Tendo nós hoje menos imigrantes do que no passado. -- Temos por isso que nos tornar mais atrativos para os jovens. Refundando os programas de habitação a custo controlado. Facilitar mais a fixação de microempresas. Fortalecer o nosso sistema educativo. Sermos mais amigos do ambiente. No fundo, irmos ao encontro dos interesses das novas gerações.-----

Temos de fazer isto, sem perder a nossa identidade, a nossa história. Para isso há a necessidade de uma valorização do património ambiental, cultural e histórico do município. Ficou por fazer a reabilitação do Mercado Municipal. Ficou por fazer a valorização do Castro de Romariz e de Fiães, entre outros. -----

Nestes 4 anos, em continuidade com o passado, continuamos a ter graves problemas ambientais, como descargas poluentes em rios, muitas vezes provenientes de ETAR's. Falhou a ligação de todas as habitações à rede de saneamento básico, assim como à de água.



Continuamos a ter montureiras a céu aberto, continuamos a ser deficitários na fiscalização municipal. -----

Ainda no quadro do ambiente, continuamos a ter graves problemas de controlo de águas pluviais, como ainda recentemente registado. -----

Nesta área, falta-nos dar o passo em frente no respeitante a uma frota da Câmara mais sustentável. -----

Faltou-nos otimizar as nossas zonas industriais, principalmente as mais antigas que têm graves falhas urbanísticas. -----

Faltou-nos reabilitar as habitações sociais, sabemos que alguns bairros vão ser intervencionados, mas é manifestamente insuficiente para a realidade do município. -----

Na área do Desporto, faltou, por exemplo, cumprir uma promessa do executivo. Promessa efetivada após o levantamento, por parte da CDU, de questões relativas ao estado de abandono e degradação do Complexo Desportivo de Sanfins. -----

O comentário e questionamento a documentos tão vastos não podem ser realizados em tão poucos minutos, no entanto e encaminhado para o término. -----

Faltou avançarmos mais no Interface de Transportes, sei que estão a ser analisadas propostas de locais, mas deveríamos ter ido mais longe. Ainda nos transportes, temos registado, por queixa, uma rede de transporte escolar deficitário, cuja sobrelotação é constante. Ainda hoje, estive em solidariedade com as Trabalhadoras da Huber Tricot que fizeram greve por melhores salários e condições de trabalho menos stressantes, e muitas das queixas, relativamente ao município, eram precisamente relativas ao elevado preço dos passes de transporte efetuados pelas operadoras e a praticamente ausência de transportes públicos. -----

Para terminar, como não poderia deixar de ser, ficou por cumprir a vontade desta Assembleia Municipal na nomeação de uma rua com o nome do Camarada Álvaro Cunhal.” -----

O membro *Moisés Ferreira* (BE) fez a intervenção que, seguidamente, se passa a citar: -----

“Ouvi atentamente o Sr. Presidente da Câmara Municipal a expor os documentos de Prestação de Contas do Município relativos a 2016 e, numa primeira apreciação, registar a crítica que o Sr. Presidente faz aos anteriores executivos do PSD na Câmara Municipal de Santa Maria da Feira porque diz que, hoje, o Município paga a tempo e horas, depreende-se que está a criticar o passado, os anteriores executivos que não o faziam. -----



E, tanto nos documentos como no seu discurso, perpassa a ideia que hoje a situação financeira está controlada, porque no passado ela esteve descontrolada, e a verdade é que estava e nem se percebia porquê, porque não era por investimento no território certamente. Dizer que só lhe fica bem fazer essa autocrítica porque também pertenceu a esses executivos, e fazer essa crítica ao PSD e aos anteriores executivos é mais do que merecida, fica-lhe bem. -----
Tudo o resto, está tudo na mesma como a lesma, na verdade, porque os documentos que nos entregam e a apresentação desses documentos são geralmente anúncios e propaganda. Há alguns anúncios que são, na verdade, os mesmos desde o início do mandato, todos os anos, e depois há alguns que não batem bem com a realidade, mas também pode ser que o problema seja da realidade. -----
Por exemplo, o Sr. Presidente diz que não descurou na Ação Social. Permita-me discordar frontalmente desta posição. Só pode achar que não descurou se, por algum motivo, a sua intenção fosse nunca ter apostado na Ação Social. Porque quem quer uma aposta na Ação Social não pode olhar para os documentos que nos são entregues e dizer que não descurou na Ação Social. A execução orçamental ano após ano, não é só agora, é, para as funções sociais da Câmara Municipal, extremamente baixa. E o orçamento já é baixo para estas funções.-----
Diz-nos depois que há uma aposta no Desporto. Sr. Presidente, não quero voltar às mesmas fotografias que já tive oportunidade de trazer. A verdade é que há uma aposta em campos relvados, e um dia nós vamos perceber quem é que está a ganhar com essa aposta. Mas certamente não é o concelho de Santa Maria da Feira porque, no que toca ao desporto em geral, na aposta no desporto, na infraestruturização, etc., aquilo que vemos em todo o Concelho são ringues e equipamentos polidesportivos de uso livre completamente abandonados. Não venha dizer que a culpa é do vandalismo como se houvesse uma onda organizada de vandalismo em Santa Maria da Feira. A culpa é uma, criou-se e nunca mais se fez a manutenção dos mesmos, é apenas isso, não é mais nenhuma. -----
Diz-nos que há um grande avanço nos Transportes. Nós só temos, na verdade, o Transfeira. E ainda há poucas sessões atrás discutimos, nesta Assembleia Municipal, a possibilidade do alargamento do Transfeira para outras freguesias, mas o PSD e a Câmara Municipal não acataram essa proposta, e, portanto, é um bocadinho paradoxal que venham agora dizer que houve uma grande aposta nos transportes quando toda a gente deste Concelho sabe qual é a dificuldade que tem para se deslocar se não tiver carro próprio.-----



Rede Viária. Oito milhões de euros para obras de requalificação. É bem verdade que eram mais do que necessárias essas obras, mas eu gostava de perguntar se garante que muitas destas estradas que estão a ser repavimentadas, daqui a um ou dois anos, se não estarão nas mesmas condições. Se garante isto. Nós concordamos com a requalificação da rede viária, mas uma requalificação mesmo, não é apenas pôr tapete por cima, porque muitas destas intervenções passa por pôr uma pequena camada de tapete por cima e não fazer mais nada. E se for para daqui a um ano, depois das eleições autárquicas, elas estarem outra vez a degradar-se, na verdade 8 milhões de euros são para deitar ao lixo.-----

Europarque. Gostava que nos pudesse explicar que negócio é este em que a Câmara Municipal assume 977 mil euros de dívida e a empresa municipal, a Feira Viva, é que fica com a receita dos eventos que são feitos no Europarque. Não compreendo a racionalidade deste acordo. Pode ser, provavelmente, para de alguma forma fazer com que as contas da Feira Viva tenham lucro ao final do ano, e não prejuízo, mas não percebo qual é o racional de interesse público que está por trás, ter um Município a registar quase 1 milhão de euros de despesa e, depois, ter a empresa municipal a ficar com as receitas da exploração do espaço.----

PERM e aposta em investimento em parques e zonas para fixação de empresas. Também tenho uma pergunta, porque me parece paradoxal o discurso da Câmara Municipal, porque diz que são um sucesso, que já tem muitas empresas interessadas em se fixar, diz isso há vários meses sempre que é perguntado sobre o assunto. Eu gostava de lhe perguntar quantas empresas é que já estão fixadas e quantas é que já está certo que se fixarão. -----

E se estas zonas têm sido um sucesso de procura, porque é que nós, daqui a 3 ou 4 pontos vamos discutir uma proposta da Câmara Municipal para isenções fiscais para captar a fixação de empresas no território. Se estes equipamentos já estão a ser um sucesso, porque é que quer isentar de IMI e IMT empresas que venham a fixar-se no território? Afinal estas zonas já estão ocupadas, ou não? E é preciso dar uns benefícios fiscais para alguém vir cá fixar-se no território? Gostava que me esclarecesse. -----

Para terminar dizer o seguinte. Em 2016 tivemos uma execução de despesa de 73%, se formos ver a execução de despesa de capital, que é o investimento, que é a que interessa, foi de 65%. Portanto, é uma execução baixa tendo em conta até que os orçamentos têm vindo a diminuir. E se depois formos ver as funções sociais a execução foi de 53%, habitações e serviços coletivos, 42%, proteção do meio ambiente, 52%, ordenamento do território, 42%, centro



coordenador de transportes da Feira, 0%, o de Lourosa, 0%, e por aí fora. -----
A Câmara Municipal faz gáudio, e fará certamente no próximo ponto, de em 2016 se ter alcançado um excedente de mais de 20 milhões de euros. A verdade é que esse excedente foi feito à custa da não execução principalmente de funções sociais, de programas sociais e outros. É uma afronta ao Concelho porque um concelho que tem tantos problemas como tem Santa Maria da Feira, com tantas pessoas a precisar de ajuda, com tantas famílias a necessitar de reforço, com tantos equipamentos a necessitar de requalificação, a Câmara poupou 20 milhões de euros, decidiu não usar 20 milhões de euros nestas pessoas e nestes problemas para, depois, ter 20 milhões de euros no ano das autárquicas, vá-se lá ver as coincidências, para fazer pequenas intervenções e pequenos arruamentos para certamente ter muitas coisas para inaugurar em setembro.” -----

Interveio o membro **Fernando Moreira** (PSD) que começou por dizer que, antes de abordar os documentos em apreço, queria tecer breves comentários sobre alguns dos assuntos abordados no Período de Antes da Ordem do Dia desta sessão, uma vez que não o havia feito nesse mesmo Período por uma questão de escassez de tempo. -----

Em relação à questão das lixeiras disse que a recolha seletiva no Concelho começou com ecopontos distribuídos na base de 1 ecoponto para 500 habitantes e que, neste momento, existe 1 ecoponto para 270 habitantes, dando nota que se vai avançar para ter 1 ecoponto para 200 habitantes. Informou que acabou uma experiência da recolha seletiva porta a porta e que os resultados estão a ser analisados, adiantando que, principalmente em termos de habitação em altura, os resultados são dececionantes mas que, em contrapartida, nas zonas de vivendas os resultados são prometedores, pelo que se tentará, por aí, aumentar significativamente a recolha seletiva no Concelho. -----

Quanto às montureiras disse que elas têm origem na falta de civismo das pessoas, sublinhando que há três ecocentros no Concelho bem como uma série de locais apropriados onde depositar os lixos, destacando não haver necessidade de haver montureiras e que é preciso que todos lutem contra essa situação. -----

Sobre a educação ambiental referiu que as escolas estão a fazer um grande investimento a esse nível, tal como a Câmara e a Suldouro, dando nota que, anualmente, cerca de 4500 a 5000 crianças dos concelhos de Santa Maria da Feira e Vila Nova de Gaia visitam a Suldouro e



[Handwritten signature]

que, nessas visitas, lhes é explicado todo o processo da recolha e tratamento dos lixos. Realçou que muita coisa está a ser feita ao nível da educação ambiental, comentando que é sempre possível fazer melhor e que todos têm que colaborar nesse sentido porque é impossível ter um fiscal em cada canto à espera das pessoas que vão depositar o lixo em locais indevidos.-----

Seguidamente o membro Fernando Moreira disse querer tecer algumas notas em relação às anteriores intervenções feitas respeitantes aos Documentos de Prestação de Contas do Município de 2016.-----

Referiu que o Sr. Presidente da Câmara nunca disse que iria alcatroar, neste mandato, 500 km de estrada mas sim que havia mais de 500 km de estrada a necessitar de requalificação, e que tal seria feito ao longo do tempo. Referiu não saber quantos quilómetros foram alcatroados no presente mandato mas que era impensável ter dinheiro para pavimentar 500 km, pelo que era impossível conseguir esse desiderato.-----

Sobre a questão do desenvolvimento económico, do Lusopark e do PERM, disse que antes criticava-se porque tais parques empresariais não estavam prontos e, agora que estão prontos, questiona-se quais são as empresas que se instalaram ou que se vão instalar e quantos postos de trabalho criaram. Sobre isso fez notar que a construção do PERM fez criar alguns postos de trabalho, que ocupou-se muita gente naquela construção, comentando que o Lusopark ainda ocupa porque a sua construção ainda decorre.-----

Sobre a questão da transparência disse bastar analisar os documentos em apreço para se verificar que a abertura é total, que são de leitura muito fácil, salientando que após os mesmos serem debatidos nesta Assembleia Municipal serão tornados públicos, pelo que entende que andar a falar da transparência são chavões que não resolvem muito.-----

Quanto às promessas feitas referiu que uma grande parte delas estão cumpridas, destacando que o júri desta contenda não demorará muito a pronunciar-se sobre essa questão.-----

Em relação ao proferido pelo membro Moisés Ferreira de que o Sr. Presidente da Câmara teria feito uma crítica aos executivos anteriores, disse que não havia crítica nenhuma aos executivos anteriores ou aos seus elementos. Disse que o Município necessitou de fazer determinados investimentos, que teve de pedir financiamento para os concretizar e que haveria de chegar o momento para os pagar, frisando que as coisas foram resolvidas e que é desse modo que se passa na vida de uma autarquia, na vida de uma empresa e na vida de uma



pessoa. -----
Quanto à questão dos polidesportivos que estão em mau estado ou abandonados disse que essa situação é lamentável mas que acontece porque os mesmos não têm procura. Referiu que, no seu entender, devem ser recuperados aqueles que possam vir a ter procura, comentando que os que têm procura vão sendo arrançados para manterem a qualidade necessária para poderem ser utilizados. -----

Sobre o Europarque fez notar que a Câmara tomou conta daquele equipamento e que tal iniciativa teve o apoio de todos, realçando que era impensável que, ao fim de 2 anos, as receitas do Europarque fossem suficientes para fazer a manutenção e recuperação que era necessária. Referiu que as pessoas devem ser politicamente sérias, que não devem tentar desviar as atenções falando de outras questões, frisando que todos tinham a consciência que, durante algum tempo, o Europarque não ia dar lucro. Salientou que, portanto, não se diga que a Feira Viva, com as receitas que arrecada do Europarque, tem que fazer a manutenção e as obras que são ali necessárias porque sabia-se que aquele equipamento tinha alguns problemas a necessitar de resolução premente. -----

De seguida, o membro Fernando Moreira passou a ler o que havia escrito sobre os documentos em apreço – o que se passa a citar: -----

“Ao contrário de anos anteriores eu não vou maçar-vos com números, porque mesmo com o pouco tempo que tive para análise da vasta documentação, facilmente se constata que demonstram que o Município tem uma situação económica e financeira muito saudável face ao contexto em que se insere, no seguimento, aliás, do que nos havia sido apresentado nos anos anteriores. -----

Penso que estarão definitivamente convertidos todos aqueles que durante anos apregoaram uma situação de caos económico e de falência. -----

Este ano, entendeu o executivo, e do meu ponto de vista bem, fazer na introdução ao Relatório de Atividades um relato bastante detalhado do trabalho desenvolvido, desde o estímulo ao tecido económico e industrial, passando pela internacionalização das empresas, desde o desenvolvimento económico ao apoio social, à educação, à cultura, ao desporto, até à situação económica e financeira. -----

Trata-se de um documento que foi distribuído e será muito brevemente público, para análise de quem o quiser fazer, pelo que me dispensarei de o repetir. -----



Dessa análise, para uns o copo estará meio cheio, para outros estará sempre meio vazio.-----
Por mim, direi que não tendo sido realizado tudo quanto se desejava, como é natural, o mandato que se aproxima do seu término foi muito positivo, tendo-se conseguido concretizar a grande maioria do que foi proposto aos feirenses. -----

Importará salientar ainda que foram propostos alguns objetivos arriscados e muito ambiciosos, alguns com dependência de fatores nem sempre controláveis, como o investimento e a criação de emprego, e que hoje se pode dizer que foram atingidos independentemente da discussão que se queira fazer. -----

Mesmo que possam ter concorrido, para a sua concretização, algumas sinergias exteriores, o esforço do Executivo e do seu Presidente foi intenso, foi notório, e os resultados estão à vista.-
Face a esta muito breve análise dos documentos, só posso estar de acordo e votar favoravelmente os mesmos.” – Fim de citação. -----

Posto isto, o membro Fernando Moreira pediu autorização à Mesa para fazer uma declaração à Assembleia, em jeito de despedida e uma vez que, previsivelmente, iria estar ausente aquando da realização das duas últimas sessões do mandato, a levar a cabo em junho e setembro de 2017. Disse o que, seguidamente, se passa a citar: -----

“Ao longo de mais de 25 anos tive o prazer de colaborar e de participar nas reuniões deste órgão autárquico, com uma presença assídua. Faltei, se tanto, a meia dúzia de reuniões, sempre por motivos de força maior. -----

Porque esta será, provavelmente, a última reunião em que participarei, pelos motivos que já disse, não posso sair sem deixar uma palavra de muito apreço para todos quantos por aqui passaram ao longo deste tempo. -----

Com uns estive de acordo, com outros discordei, até frontalmente, mas procurei sempre fazê-lo de forma frontal, com elevação, consideração e respeito por quem tinha uma opinião contrária. Saio, portanto, com a consciência tranquila e de dever cumprido, mesmo sabendo que é sempre possível fazer mais e melhor. -----

Ao longo dos anos fui fazendo algumas críticas à forma de funcionamento deste órgão, a alteração às regras de funcionamento para que possa permitir um verdadeiro debate e ser ainda mais eficaz e eficiente, fazem parte da dita reforma autárquica que todos reconhecem que é necessário mas que ninguém tem a coragem de fazer ou sequer iniciar. -----

Com a certeza de que este órgão continuará a funcionar cada vez melhor, com ou sem



reforma, como merece este grande concelho de Santa Maria da Feira, permitam-me que deixe para todos, sem qualquer exceção, os meus respeitosos cumprimentos e os votos de que tenham os maiores êxitos, quer políticos quer pessoais. Um grande abraço.” – Fim de citação.-

Interveio o *Sr. Presidente da Câmara* para dar os esclarecimentos tidos por convenientes, face às intervenções efetuadas.-----

Começou por dar uma saudação muito especial ao Comendador Alfredo Henriques, que se encontrava a assistir à sessão, dizendo querer esclarecer que quando faz uma referência à boa gestão financeira da Câmara e à diminuição da dívida, não tem implícita qualquer crítica aos anteriores executivos. Referiu que fez parte durante dois mandatos, com muita honra e orgulho, dos executivos liderados por Alfredo Henriques, que fez parte de um ciclo de investimento muito forte em infraestruturas, como as redes de água e de saneamento, as escolas e os equipamentos sociais, focando que tal implicou uma necessidade de investimento muito forte e, naturalmente, uma necessidade de financiamento e de endividamento forte. Salientou que o tempo atual é diferente, reafirmando estar muito honrado e muito orgulhoso desse trabalho e que não há, nas palavras que proferiu, qualquer crítica a quem o antecedeu.---
Sobre a intervenção efetuada pelo membro Válder Amorim agradeceu a análise correta que o mesmo fez aos documentos. Referiu que a taxa de execução ficou aquém da desejada mas que isso se deveu às regras existentes, dando nota que toda a despesa, inclusive a referente às candidaturas aos fundos comunitários, tem que ficar contemplada no Orçamento, por força da lei dos compromissos, quer a obra se venha ou não a fazer. Salientou que o processo das candidaturas aos fundos comunitários tem sido demorado, que só agora estão a ser lançadas as primeiras candidaturas, reafirmando que a Câmara tem que ter no seu orçamento a verba para se poder candidatar e, depois, ficar a aguardar pela respetiva aprovação para poder lançar o concurso público e restantes procedimentos, sublinhando ser esse desfasamento de tempo que obriga a ter as verbas retidas muito tempo, o que mexe com a taxa de execução.-----

Sobre a intervenção efetuada pela deputada municipal Margarida Gariso salientou que, como já dito pelo membro Fernando Moreira, nunca disse que seriam pavimentados, no atual mandato, 500 km de estrada, mas sim que estimava que fossem precisos intervencionar cerca de 500 km de estrada no Concelho, e que tal iria ser feito ao longo dos anos. Informou que, no atual momento, estão intervencionados ou em intervenção mais de 100 km de estradas,



sublinhando estar orgulhoso do trabalho que a Câmara está a fazer na reabilitação da rede viária concelhia. -----

Quanto ao restante mencionado pela deputada municipal Margarida Gariso disse que, de facto, a mesma não deve viver no mesmo Concelho que ele uma vez que não vê nada do que é feito em Santa Maria da Feira. -----

Quanto à questão do emprego disse que, tendo o atual governo iniciado funções no final de 2015, é notável que passados uns meses tenha conseguido criar 100 mil empregos, comentando ser óbvio que tal se deveu a todo um trabalho desenvolvido pelo governo anterior, que criou as condições para que o País saísse da bancarrota de 2011. -----

Referiu ficar contente que o País funcione bem e que haja emprego para todos, mas que não está nesta Assembleia Municipal para discutir política nacional, afirmando ter a certeza absoluta de que as entidades públicas que mais fizeram pela captação do emprego foram as autarquias. Salientou que a Câmara fez um verdadeiro trabalho de captação de investimento, de internacionalização das empresas concelhias e da captação de investimento estrangeiro, mencionando os exemplos dos projetos Bizfeira e Good Makers, das missões empresariais, da legalização das empresas para permitir o recurso ao crédito e a apresentação de candidaturas a fundos comunitários, comentando que quem não está por dentro destas matérias ou passa o tempo sentado numa secretária a ler jornais não sabe do que está a falar, frisando tratar-se de um trabalho que tem muito que se lhe diga e que foi feito pela Câmara. -----

Fez notar que a maioria das empresas do Concelho estão legalizadas, que existem empresas a ampliar as suas instalações, que existem empresas a contratar pessoas e que prova disso são os cerca de 4.000 postos de trabalho que foram criados no Concelho, comentando que se alguns querem dizer que tal aconteceu por força das magníficas intervenções do governo, que o digam, mas que não foi por isso mas sim pelo mérito dos municípios. -----

Relativamente ao PERM disse ser verdade que se trata de uma parceria público-privada, mas que é preciso perceber muito para se conseguir fazer uma empreitada como o PERM, envolvendo um investimento na casa dos 16 milhões de euros sem gastar um euro do Município, dizendo saber que a deputada municipal Margarida Gariso não sabe como tal foi feito mas que um dia, se a mesma quisesse, lhe podia dar explicações que teriam de ser bem pagas. -----

Sobre o Lusopark referiu que só não vê quem não quer, sugerindo aos que têm dúvidas que



visitem o local e que vissem o que está ali a acontecer, como a construção da multinacional norte americana Amy's Kitchen, fazendo notar que o Sr. Primeiro-Ministro António Costa veio a Santa Maria da Feira, em 2016, aquando da assinatura do contrato de investimento dessa multinacional. -----

Questionou se o Presidente da Câmara não merece ser elogiado por ter conseguido tudo isso sem gastar um euro do Município, ou se queriam que a Câmara tivesse gasto muitos milhões de euros para, depois, o acusarem disso mesmo. Sublinhou que não foi gasto dinheiro do Município mas que foram gastas muitas horas de trabalho, da sua parte e da sua equipa, para que tal fosse uma realidade, frisando que isso é fazer boa gestão.-----

Em relação aos bairros sociais do Concelho salientou que a Câmara teve muita dificuldade para fazer candidaturas aos fundos comunitários porque o governo entende que os mesmos se encontram em boas condições, pelo que não queria dar dinheiro para a requalificação dos mesmos, comentando que a Câmara teve que fazer algum exercício para conseguir candidatar alguns dos bairros sociais para obter os respetivos fundos.-----

Sobre a existência de uma ou outra casa de habitação social desocupada informou que tal acontece por estratégia, fazendo notar que é preciso ter algumas habitações disponíveis para acudir a situações de emergência, como seja uma situação de violência doméstica ou de um incêndio que tenha ocorrido, salientando que essas habitações disponíveis servem para se poder dar uma resposta adequada no Concelho.-----

Em relação à questão das unidades de saúde disse desafiar qualquer pessoa a comparar qualquer município do País com a qualidade dos serviços de saúde que tem o município de Santa Maria da Feira. -----

Sobre o associativismo disse que, tendo o Município mais de 400 associações, ficou absolutamente estupefacto com a afirmação de que a Câmara não apoia nenhuma delas. Frisou que todas as associações concelhias são apoiadas pela Câmara, sublinhando que a Câmara tem a visão de que não se deve fazer substituir ao movimento associativo, mas sim ser parceira do movimento associativo.-----

Nesse âmbito referiu que o membro Moisés Ferreira disse, na intervenção que fez, que o investimento da Câmara nas funções sociais era pequeno. Sobre essa afirmação salientou que se o membro Moisés somente ler essa rúbrica então que a verba é pequena mas que, ao ler tudo o resto, verifica que a Câmara apoia as instituições sociais, que realiza e financia



programas na área social, como Programa Movimento e Bem-Estar, os Passeios na Minha Terra, e outros, reafirmando que a Câmara não se substitui às instituições mas que é parceira das mesmas, e que considera essa política correta pois permite o desenvolvimento de uma sociedade civil forte, um associativismo forte, com autonomia das instituições.-----

Sobre as variadíssimas malfeitorias da Câmara em relação ao território de que falou a deputada municipal Margarida Gariso disse que, no dia 1 de outubro de 2017, os juízes dirão se estão ou não satisfeitos com o trabalho da Câmara, comentando estar preparado para o veredito que vai ser dado.-----

Sobre a intervenção do membro Filipe Moreira referiu que o mesmo fez uma análise sobre aquilo que está bem, aludindo a alguns dos projetos levados a cabo pelo Município, dando nota que a CDU, juntamente com o CDS-PP, normalmente faz chegar à Câmara as suas propostas quando são pedidos aos partidos os seus contributos para a elaboração do Orçamento Municipal. Saliu que muitas das propostas da CDU são incorporadas no Orçamento e que algumas delas até são comuns às propostas da Câmara, agradecendo ao membro Filipe Moreira as palavras amáveis que dirigiu sobre algumas das coisas concretizadas pela Câmara Municipal.-----

Disse que há coisas que faltam fazer, informando, sobre a questão do Mercado Municipal, que a Câmara quer reabilitá-lo mas que ainda está à procura do arquiteto certo, chamando a atenção de que tal trabalho é melindroso até porque se trata de um monumento classificado.---

Sobre a rede de Castros informou estar a decorrer um processo de limpeza no Castro de Romariz, dando nota que a Câmara tem a pretensão de ampliar esse Castro mas que para isso é preciso um investimento maior.-----

Em relação à questão do funcionamento de algumas ETAR disse que, de facto, a ETAR de Fiães teve um problema grave, em 2016, originado por descargas industriais não licenciadas que destruíram as culturas biológicas, informando que a situação está em processo de recuperação e que estará próximo da normalização, fazendo notar que tais culturas biológicas levam meses a recuperar. Referiu que um incidente de tal gravidade condiciona o funcionamento das ETAR, destacando que quando a Câmara deteta tais situações alerta, de imediato, as entidades competentes, acrescentando que o Ministério do Ambiente também tem fiscalização para detetar tais situações.-----

Sobre o complexo desportivo de Sanfins deu nota que tem de haver alguma entidade que



assuma a sua ocupação permanente, informando haver intenção do Clube Desportivo do Feirense vir a ocupar o campo para o atletismo e outras atividades, e que a Câmara reuniria brevemente com aquele Clube na tentativa de que venha a ser essa entidade gestora. -----
Relativamente à questão dos bairros sociais, disse já ter respondido anteriormente a essa questão. -----

Quanto à questão da Câmara vir a ter uma frota de viaturas elétricas, referiu que tais viaturas ainda são extremamente caras e ainda têm muita pouca autonomia, realçando que esse processo vai ser feito lentamente e com prudência. -----

O Sr. Presidente da Câmara, prossequindo a sua intervenção, passou a aludir às questões colocadas pelo membro Moisés Ferreira. Sobre a questão das funções sociais referiu que, na sua opinião, a maior política social de todas é o emprego, salientando que a Câmara está extremamente orgulhosa no trabalho efetuado a esse nível. Repetiu que, nas outras funções sociais, a Câmara age muito em parceria com as IPSS, com as associações e com as demais entidades locais. -----

Sobre a afirmação de que o Concelho, em relação aos Transportes, só tem o Transfeira, disse que tal afirmação não corresponde à verdade, salientando que o município de Santa Maria da Feira tem mais de 3.000 km de rede de transporte de passageiros, tem os transportes escolares, frisando haver, portanto, uma verdadeira rede de transportes públicos de passageiros no Concelho. -----

Em relação à questão da garantia das obras das estradas disse não poder dar essa garantia porque não é projetista, realçando que são os técnicos da Câmara que têm de saber qual é a intervenção adequada e que, quando tais técnicos não têm capacidade de resposta ou os conhecimentos necessários, a Câmara contrata o projeto a serviços externos. Salientou que as obras públicas têm um prazo de garantia e que se houver alguma situação menos correta o empreiteiro é responsável, destacando ainda que o empreiteiro deixa um depósito de garantia para alguma anomalia que aconteça e que seja necessária reparar, e que esse depósito é melhor garantia do que aquela que ele podia dar. -----

Sobre o Europarque explicou que os custos com a parte exterior do mesmo, incluindo os custos de eletricidade, jardinagem, segurança e outros do género, é suportado pela Câmara, e que as rendas provenientes da parte exterior também são recebidas pela Câmara, comentando que a Câmara vende, entre outras, eletricidade ao Hotel Ibis e ao Visionarium. Deu nota que a



empresa municipal Feira Viva gere a parte dos eventos e assume todas as despesas relacionadas com os mesmos, desde a segurança, a limpeza, entre outras, e que paga tais despesas com a receita que arrecada de tais eventos. -----

Quanto aos 900 mil euros mencionados pelo membro Moisés Ferreira disse julgar que aquele membro havia incluído a verba referente às amortizações, superior a 400 mil euros, e que foi desse modo que teria chegado ao montante de 900 mil euros. -----

Em relação aos parques empresariais informou, concretamente em relação ao PERM, que estão vendidos mais de 30 lotes, realçando que existem 10 projetos aprovados e que alguns desses já estariam em obra, e alguns já com licença de utilização. Referiu que alguns projetos não avançaram tão rapidamente porque foram apresentadas candidaturas aos fundos comunitários para fazer o investimento, e que tal processo sofreu um atraso superior a 1 ano, impedindo que tais projetos se desenvolvessem de forma mais rápida. -----

Informou também que existe a possibilidade de uma empresa multinacional comprar uma grande quantidade de lotes no PERM, que a mesma até chegou a dar uma parte do sinal mas que ainda não é certo que o negócio se venha a concretizar, realçando que, se se concretizar, fica mais de 90% do PERM vendido mas que, caso não se concretize, essa percentagem de vendas é muito menor. -----

Relativamente à questão referente aos benefícios fiscais disse que essa matéria seria discutida posteriormente nesta sessão, pelo que falaria desta matéria nessa altura. -----

Usou novamente da palavra a deputada municipal *Margarida Gariso* (PS) que começou por dizer que o Sr. Presidente da Câmara deve andar tão ocupado com officios fora do Concelho que não se deve aperceber do que se passa na realidade concelhia. -----

Referiu que, como diz o povo, pela boca morre o peixe, salientando que o Sr. Presidente da Câmara desconhece o programa eleitoral que ele próprio apresentou aos feirenses em 2013, frisando que nesse programa eleitoral está rigorosamente tudo aquilo que ela disse na intervenção anterior. -----

Salientou que, em relação à rede viária, está no programa eleitoral a requalificação de cerca de 500 km de estrada, comentando que tal promessa não foi cumprida. -----

Disse estar no programa eleitoral apresentado pelo Sr. Presidente da Câmara a sinalética e que tal não foi cumprido; que está a requalificação das zonas industriais e que tal não foi



cumprido; que está os transportes públicos e que tal não foi cumprido; que está os dois centros coordenadores de transportes e que tal não foi cumprido; que está a construção dos estabelecimentos de saúde de Milheirós de Poiares, Canedo, Escapães, Nogueira da Regedoura/São Paio de Oleiros e que tal não foi cumprido; que está o concelho verde e que tal não foi cumprido; bem como outras coisas que não foram cumpridas mas que não iria estar a mencionar para não ser exaustiva e por uma questão de limitação de tempo. -----

Salientou que os feirenses têm de saber que aquilo que um político promete, aquando de um ato eleitoral, é para cumprir, reafirmando que a verdade é que, no balanço do mandato em curso, o Sr. Presidente da Câmara não fez uma grande parte daquilo que prometeu.-----

Sobre a questão das propostas destacou não ter havido nenhuma sessão da Assembleia Municipal, desde o início do mandato, em que o Partido Socialista não tenha apresentado uma recomendação à Câmara, identificando o problema e propondo uma solução para o mesmo, mas que foram raras as recomendações do PS que o grupo municipal do PSD fez aprovar. ----

Referiu que, na presente sessão, vai ser discutida mais uma recomendação sob proposta do grupo municipal do PS e que, nessa altura, se veria se o PSD iria fazer aquilo que tem feito sistematicamente, ou seja, desvalorizar aquilo que os partidos de oposição legitimamente apresentam nesta Assembleia e, depois, ainda se darem ao despudor de dizer que o grupo municipal do PS não apresenta propostas nesta Assembleia Municipal. -----

Disse que o Sr. Presidente da Câmara precisa tomar mais atenção àquilo que promete para depois poder cumprir, acrescentando, quanto aos eleitores puderem efetivamente avaliar, em 1 de outubro de 2017, o trabalho feito pelo atual Executivo, que assim espera que aconteça mas que não deixava de reafirmar que aquilo que o Sr. Presidente da Câmara prometeu não está a cumprir, e que se o mesmo tem que dar explicações a alguém é justamente aos feirenses.-----

Usou novamente da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que referiu, no âmbito da preocupação da deputada municipal Margarida Gariso para com o programa eleitoral por ele apresentado em 2013, que, quanto à questão dos centros de saúde, essa é uma responsabilidade do governo e que o mesmo tem reafirmado permanentemente que fará os centros de saúde previstos no acordo celebrado com a Câmara, comentando não ter dúvidas que tais centros de saúde serão feitos.-----

Sobre o modo como gasta o tempo disse que as suas 12 a 14 horas diárias de trabalho são em



prol do município de Santa Maria da Feira, mas que sabia que a deputada municipal Margarida Gariso, ao falar que ele está fora do Concelho, estava a fazer uma insinuação. Disse saber que quando o PS, numa reunião que fez, deliberou escolhê-lo para Presidente do Conselho Metropolitano do Porto, a deputada municipal Margarida Gariso ficou muito aborrecida por os colegas acharem que ele era o melhor para o cargo. -----
Concluindo, disse à deputada municipal Margarida Gariso para não se preocupar porque a sua presença no Conselho Metropolitano do Porto é essencialmente para a gestão das expetativas de todos, para a afirmação da região norte e, antes de tudo, para a afirmação de Santa Maria da Feira. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 35 votos a favor (PSD: 30, CDS-PP, IND., PS: 3 – Valdemar Silva, Ana Pires de Oliveira, Maria Manuela Teixeira), 15 votos contra (PS: 14, BE) e 1 abstenção (CDU), aprovar os documentos de Prestação de Contas do Município do ano de 2016 – dossiê cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

Sairam os membros António Topa, António Valdemar Ribeiro, Luís André Santos e Alberto Tavares. -----

4 – Revisão Orçamental -----

- 1.ª Revisão ao orçamento da Receita -----

- 1.ª Revisão ao Orçamento da Despesa -----

- 1.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos – PPI -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 3 de abril de 2017 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----



Interveio o membro *Maria Manuela Teixeira*, Presidente da Junta da União das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô (PS), que começou por sublinhar que está nesta Assembleia Municipal em representação das populações das freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô, que as defende e trata de igual modo, e que não iria embora de bem consigo própria se não fizesse um pedido de esclarecimento. -----

Referiu que a revisão orçamental inclui, entre outras, a requalificação do Largo Inácio Monteiro, em Souto, e que, pelo que constatou na ata da reunião camarária, o assunto mereceu o voto favorável de todos os membros da Câmara presentes com exceção dos vereadores Susana Correia, António Bastos e Mário Oliveira, comentando ter ficado muito triste com esse facto. -----

Disse saber que ser presidente de uma junta de freguesia não é o mesmo que ser vereador numa câmara municipal, realçando que um presidente de junta está em contacto com as pessoas, vive o problema das pessoas, e que era nesse sentido que pedia lhe fosse dada, se possível, uma justificação para a votação ocorrida na reunião camarária. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* pediu a palavra para esclarecer que, como na reunião de Câmara os vereadores que votaram contra não fizeram declaração de voto, não pode explicar qual a razão que levou esses três vereadores a votarem contra o assunto. -----

A *Sra. Vereadora Susana Correia* pediu a palavra ao Sr. Presidente da Assembleia para responder à questão colocada sobre a votação feita pelos vereadores do Partido Socialista, ao que o *Sr. Presidente da Assembleia* lhe explicou que, nos termos regimentais, só podia usar da palavra caso o Sr. Presidente da Câmara o autorizasse. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* referiu que, caso houvesse razão para tal, teria toda a satisfação em permitir à Sra. Vereadora Susana Correia usar da palavra mas que, nesta situação, não havia qualquer razão, reafirmando que para tal teria de ter havido declaração de voto após a votação do assunto na reunião de Câmara, e que tal não aconteceu. Frisou que o que consta da ata é que os vereadores do Partido Socialista votaram contra, e que isso não é debatível. -----

Disse, contudo, que a Sra. Presidente da Junta da União das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô podia ficar descansada porque a obra referida vai avançar, uma vez que foi



aprovada pela Câmara, apesar dos votos contra dos vereadores socialistas. -----

O *Sr. Vereador Mário Oliveira* pediu ao Sr. Presidente da Assembleia se podia fazer uma questão ao Sr. Presidente da Câmara – o que lhe foi recusado. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 31 votos a favor (PSD: 26, CDS-PP, IND., PS: 3 – Valdemar Silva, Ana Pires de Oliveira, Maria Manuela Teixeira), 14 votos contra (PS: 13, BE) e 2 abstenções (CDU, PS: 1 – Márcio Correia), aprovar a revisão orçamental em epígrafe – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas –, nos termos da deliberação camarária suprarreferida. -----

O membro *Filipe Moreira* (CDU) fez a seguinte declaração de voto: -----

“A CDU absteve-se neste ponto, nós compreendemos a legalidade do ponto em discussão, compreendemos que seja necessária uma revisão orçamental das receitas, compreendemos que haja uma revisão orçamental das despesas quando ocorrem despesas que não estavam planeadas no ano anterior. -----

Ora, o que aqui se verifica é que são despesas de obras concretas, que já sabíamos que havia essa necessidade no ano anterior, e que não foram contempladas no Orçamento. O que nos leva a crer que são obras de prospeto de eleições, de ano de eleições.” -----

O membro *Moisés Ferreira* (BE) fez a seguinte declaração de voto: -----

“O BE votou contra esta proposta de orçamento retificativo por uma razão simples, porque ela pretende fazer essencialmente a incorporação de um superavit do ano de 2016. Como tive oportunidade de dizer na intervenção anterior, esse superavit de mais de 20 milhões de euros é uma afronta para o concelho de Santa Maria da Feira. Há muitas pessoas a passar necessidades no Concelho e a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira propositadamente, deliberadamente, conscientemente, não foi mais além nos apoios sociais apesar de ter dinheiro para o poder fazer. O BE apresenta, todas as assembleias municipais, várias propostas, muitas na área social, muitas na área da requalificação de equipamentos e de infraestruturas no Concelho, o PSD chumba consecutivamente essas propostas e percebemos hoje que chumba



porque simplesmente não quer nem reabilitar bairros, nem requalificar o Concelho, nem fazer investimento no Concelho, porque tinha dinheiro para o fazer. É tão simples quanto isto.-----
E, portanto, como o PSD teve dinheiro em 2016, e a Câmara Municipal teve dinheiro em 2016 para ir mais além naquilo que era o investimento no Concelho, no apoio às famílias que mais necessitam, e deliberadamente não o quis fazer, nós não apoiamos um orçamento retificativo que tem por base o não apoio às pessoas do Concelho.”-----

O membro *Sérgio Cirino* (PS) fez a seguinte declaração de voto: -----
“O Partido Socialista votou contra esta revisão orçamental, como já disse o orador que me antecedeu, porque ela significa 20 milhões de atraso, que se podiam ter gasto no ano de 2016 e podiam estar feitas as obras, com este dinheiro, ainda em 2016, e que só serão feitas em 2017. -----

Por isso somos contra que não se aplique o dinheiro que está disponível para o Concelho para melhorar a vida dos feirenses, e que se atrase de um ano para o outro, e que se incorpore no outro orçamento, e que se calhar vai-se incorporar depois no outro. Porque o que não se gastou foi o que os feirenses perderam, pelo menos um ano. Por isso é que somos contra, porque achamos que não devia haver superavit, porque se havia essa previsão e se havia esse dinheiro, esse dinheiro devia ter sido aplicado em benefício de todos os feirenses no ano quando estava orçamentado e não transitar para o ano seguinte. É por isso é que somos contra, porque já teríamos as obras feitas e já estaríamos todos a usufruir delas, em vez de as prometer para o ano seguinte, que é um defeito dos políticos mas que deve acabar. E é só por isso.-----

Não posso também, nesta declaração de voto, deixar de dizer que se podia ter cumprido a democracia, porque houve um voto, no início da Assembleia, ao 25 de Abril, e tendo os vereadores do Partido Socialista sido visados na intervenção, poderiam, como exemplo de democracia, explicar o seu voto. E quando se limita e cerceia a liberdade, é sempre mau.” -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* referiu que o membro *Sérgio Cirino* não dá lições de democracia ao Presidente da Assembleia Municipal, mas que talvez o Presidente da Assembleia Municipal pudesse lembrar ao membro *Sérgio Cirino* as regras do uso da palavra pelos membros da Câmara Municipal, fazendo notar que o Regimento da Assembleia



Municipal, no seu artigo 27.º, não permite fazer aquilo que o membro Sérgio Cirino acusou o Presidente da Assembleia Municipal de não fazer, pelo que a democracia está plenamente cumprida, ressaltando que o membro Sérgio Cirino não precisa de ter problemas com essa situação em relação ao Presidente da Assembleia Municipal.-----

A deputada municipal *Margarida Gariso* (PS) referiu – a partir do seu lugar – que o Sr. Presidente da Assembleia estava a discutir uma declaração de voto e que tal é ilegal, salientando que o Sr. Presidente da Assembleia não estava a dar um bom exemplo, ao que o *Sr. Presidente da Assembleia* retorquiu dizendo que não havia dado a palavra à deputada municipal Margarida Gariso pelo que a mesma não estava a respeitar o Presidente da Assembleia. Posto isto, passou a introduzir o ponto seguinte da Ordem do Dia.-----

5 – Relatório de Gestão e Contas de 2016 da Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M. (para conhecimento)-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o documento em epígrafe – enviado, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrito – e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia.-----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 3 de abril de 2017 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita.-----

Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por dizer que, apesar de se tratar de uma matéria presente à Assembleia para conhecimento, solicitava saber qual a posição da Câmara Municipal em relação a um problema que se verifica nos equipamentos que estão sob gestão da Feira Viva, comentando que alguns já estão com alguns anos e carecem de manutenção e modernização, implicando condicionalismos na utilização bem como custos acrescidos, aludindo ao caso das piscinas municipais.-----

Questionou à Câmara para quando um plano bem gizado e organizado para a manutenção e modernização desses equipamentos que carecem ser intervencionados, de modo a dotá-los das



condições mais adequadas à prática desportiva. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* usou da palavra para informar que foi feita, em 2016, uma intervenção de fundo na piscina municipal de Santa Maria da Feira, designadamente no tanque, dando ainda nota que estão a ser analisados todos os outros equipamentos para definir o respetivo projeto de intervenção. -----

Posto isto, o *Sr. Presidente da Assembleia* passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia, tendo a Assembleia Municipal tomado conhecimento do Relatório de Gestão e Contas de 2016 da Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M. -----

6 – Lei do Orçamento do Estado 2017 – Aquisição de serviços -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* informou a Assembleia que, sobre este ponto, lhe havia sido dada nota que a Câmara Municipal pretendia que o mesmo fosse retirado da Ordem do Dia desta sessão. Passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que desse as devidas explicações. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* solicitou que o ponto fosse retirado da Ordem do Dia, explicando que, no decorrer do presente dia, saiu em Diário da República a Declaração de Retificação n.º 11/2017, que retifica o Decreto-Lei n.º 25/2017 – que estabelece as disposições necessárias à execução do Orçamento de Estado para 2017 –, salientando que anteriormente era exigida a autorização da Assembleia Municipal para a realização de certas despesas, até determinados limites, mas que a referida Declaração de Retificação deixou de mencionar essa exigência, daí solicitar a retirada do assunto da Ordem do Dia. -----

Posto isto, o *Sr. Presidente da Assembleia* retirou o assunto da Ordem do Dia, por solicitação da Câmara Municipal, pelos motivos explicados. -----

Reentraram os membros António Valdemar Ribeiro e Luís André Santos. -----

Saiu o membro Carla Pereira. -----



7 – Concessão de Benefícios Fiscais (art. 16.º, n.ºs 2 e 3, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro) -----

8 – Reconhecimento do Interesse Municipal do Projeto de Investimento Estrangeiro com vista à aceitação dos Benefícios Fiscais -----

- Requerimento da empresa Amy's kitchen, Unipessoal, Lda.-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou os assuntos em epígrafe, informando que, conforme acordado pela Comissão Permanente, os assuntos seriam discutidos conjuntamente, procedendo-se à votação dos mesmos em separado. Em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou os assuntos em referência, nos termos constantes das deliberações camarárias de 3 de abril de 2017 enviadas, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dão por transcritas. -----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que começou por dizer que votaria contra as propostas da Câmara porque elas têm o intuito de criar uma espécie de mini offshore a nível municipal, que traduz uma transferência da riqueza do público para o privado. -----

Referiu que geralmente estão em causa grandes empresas, com muita capacidade de investimento e que não necessitam, certamente, que o Município abdique de centenas de milhares de euros para que localizem a sua fábrica em Santa Maria da Feira.-----

Salientou que aquilo que mais uma vez se revela é que a Câmara Municipal diz que tem vária procura para as infraestruturas que servem para localizar novas empresas mas, afinal, quer que a Assembleia Municipal delibere que as empresas que se fixem não paguem uma série de impostos porque tal é muito importante para conseguir captar mais empresas. -----

Disse que isso é contraditório, questionando se o Município está no ponto em que já captou as empresas, já vendeu os lotes e estes já estão a ser infraestruturados, ou se ainda está no ponto de tentar captar empresas para se virem fixar em Santa Maria da Feira.-----

Fez notar que, somente no caso da empresa Amy's Kitchen, está previsto o Município perder uma receita de centenas de milhares de euros, fazendo notar que o BE não concorda que o erário público perca dinheiro para ser transferido diretamente para empresas, ainda mais quando é para grandes empresas que têm arcaboço para poder pagar os impostos, tal como



pagam todos os cidadãos pela produção do seu trabalho e da sua riqueza.-----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por dizer que a CDU está consciente de que aquilo que está a ser discutido é legal mas que também está consciente de que se trata de uma medida feita à medida, bem como está consciente da importância desta medida. -----

Disse compreender que o investimento e eventual fixação de grandes empresas é importante para o Município porque poderá contribuir para a diminuição do desemprego e gerar negócios para as empresas já fixadas. -----

Salientou que a isenção de cerca de 184 mil euros num investimento de 37 milhões de euros é um benefício irrisório para a empresa Amy's Kitchen, mas que para o Município é muito dinheiro, comentando não acreditar que uma empresa que vai investir 37 milhões de euros deixe de se fixar no Município por uma questão de 184 mil euros. -----

Referiu ser sabido, por experiência do passado, que estas grandes empresas têm como interesse, muitas vezes, os baixos salários praticados no país para gerar lucros elevados à custa dos trabalhadores sem darem nada em troca, e não propriamente o contribuir para o desenvolvimento da região ou da massa trabalhadora. -----

Disse já ter falado, nesta sessão, do caso da empresa Huber Tricot, localizada em Santa Maria da Feira, salientando que a mesma ganha milhões de euros à custa dos trabalhadores portugueses e continua a pagar salários mínimos, fazendo notar que essa empresa somente paga mais 3 euros do que o salário mínimo a trabalhadores com mais de 30 anos de antiguidade. -----

Aludiu ainda ao exemplo da empresa Rohde, recordando que a mesma fixou-se e investiu em Santa Maria da Feira mas, depois, saiu e pouco ou nada deixou. -----

Salientou que, no entender da CDU, a haver benefícios fiscais devem ser para as micro, pequenas e médias empresas, ressaltando que essas são a grande massa empresarial do Município e são o motor do mesmo porque contribuem, há vários anos, para o seu crescimento, destacando que esses benefícios podem ser fundamentais não só para a sobrevivência dessas empresas mas também para o crescimento e valorização dos salários dos trabalhadores. -----

Concluindo a sua intervenção o membro Filipe Moreira disse que iria votar contra as propostas, entendendo que se enquadram no quadro legal mas que não se enquadram nos



parâmetros de justiça e de sustentabilidade que a CDU defende para as empresas e trabalhadores do concelho de Santa Maria da Feira, nem na sua ideologia.-----

Interveio o membro *Válter Amorim* (CDS-PP) que, aludindo ao ponto n.º 7 relativo à concessão de benefícios fiscais, disse que todos percebem que, atualmente, há competição objetiva entre os municípios para a cativação de investidores e de investimento, pelo que as empresas, conhecedoras dessa realidade, utilizam todos os subterfúgios para daí obterem benefícios, comentando que contra isso nada de mal acontecerá. Frisou que é uma competição que existe pelo que o concelho de Santa Maria da Feira tem que procurar as melhores soluções para defender o seu interesse. -----

Acrescentou que, compreendendo que muitas das empresas têm o poder financeiro mais do que suficiente para não requererem tal tipo de soluções, a verdade é que, se o fazem, o Concelho tem que pensar objetivamente naquilo que é melhor para si, ressaltando que a proposta da Câmara foi estruturada para balizar os termos e que lhe parece que a mesma consegue justificar que tais benefícios sejam concedidos de forma muito excepcional. -----

Sobre o ponto 8, relacionado com o requerimento feito pela empresa Amy's Kitchen, disse que pelo que percebeu são cerca de 184 mil euros que o Município estará a perder diretamente, tendo em conta um investimento inicial de 37,7 milhões de euros, realçando que ainda é possível que o Concelho venha a perder mais algum dinheiro. Frisou que, todavia, é preciso ver a questão pelo outro lado, que é o lado da coesão social, da criação de emprego, de ter melhores soluções para o território e, além disso, ver o que é subjetivo, designadamente o impacto local e regional que tal empresa representa em vários setores de atividade, com um incremento do volume de exportações para o Concelho e para toda a Região, que não pode nem deve ser minorizado. -----

Frisou ser relevante a criação, numa fase inicial, de 160 postos de trabalho diretos, salientando que se o Concelho perder receitas em termos de IMI e IMT a verdade é que irá arrecadar mais receitas em termos de IRS e IRC, que compensará as perdas. Reafirmou que o relevante é que serão criados postos de trabalho bem como criadas condições para que cidadãos feirenses tenham uma visão de futuro e de vida diferente da que têm neste momento. -----

Sublinhou que a Assembleia Municipal, ao aprovar a proposta, não estará somente a beneficiar a Amy's kitchen em particular, mas também todas as outras empresas que, à custa



desta, possam manter o funcionamento e manter relações de parceria, como ao nível da inovação tecnológica, do conhecimento, e em todos os setores que ela se relaciona.-----
Frisou que, portanto, para além de contabilizar a perda de 184 mil euros em IMI e IMT é preciso contabilizar o que, neste momento, é impossível contabilizar, como seja o que o Concelho vai coletar noutros impostos e, mais importante do que isso, aquilo que é uma nova solução de empregabilidade para o Concelho. -----
Concluindo a sua intervenção o membro Válder Amorim referiu que, percebendo que a cortiça é o esteio principal do tecido produtivo do Concelho, é preciso procurar soluções, comentando que, estando-se em pleno Séc. XXI, esse trabalho tem que ser desenvolvido no presente momento e não daqui a várias gerações.-----

Interveio o membro *Fernando Moreira* (PSD) que começou por dizer que, na sua opinião, o investimento a efetuar no Concelho pela empresa Amy's Kitchen é muito significativo e que os cerca de 180 mil euros que o Município perderá em IMI e IMT podem perfeitamente ser diluídos nos outros impostos que a empresa venha a produzir, que certamente também serão muito significativos. -----

Salientou que, por outro lado, a concorrência entre os municípios é muito grande, comentando que tais empresas não vêm para Santa Maria da Feira se não tiverem razões para isso. -----
Disse que, nestas questões da atribuição de benefícios fiscais, costuma ter alguma dificuldade em formar opinião uma vez que, posteriormente, não há o controlo devido, ressaltando todavia que, no caso em concreto, está mais descansado porque estão contempladas todas as condições de segurança, designadamente na devolução dos eventuais incentivos em caso de não cumprimento por parte da empresa. Fez sobressair que quem acompanha e avalia o procedimento de concessão de incentivos fiscais ao investimento é o Conselho de Coordenação de Incentivos Fiscais ao Investimento, composto por um representante do Ministério das Finanças e integrando um representante da AICEP, um representante do IAPMEI e dois representantes da Autoridade Tributária, ressaltando que se a empresa não cumprir, há uma entidade a nível nacional que controla os procedimentos de concessão de tais benefícios fiscais. -----

Concluindo reafirmou que os cerca de 180 mil euros que se estima que o Município possa perder diretamente serão facilmente compensados porque a empresa Amy's Kitchen, se criar



160 postos de trabalho e se investir 37 milhões de euros no Concelho, fará com que a Câmara venha a arrecadar muito mais do que essa verba, pelo que votava a favor o assunto. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para dar os devidos esclarecimentos. Começou por dizer, quanto à questão da concessão de benefícios fiscais à empresa Amy's Kitchen, que se trata de uma situação absolutamente excecional, fazendo sobressair, quanto à isenção de IMI, que a mesma é concedida pelo período de 5 anos e que a empresa ainda irá pagar muito IMI porque o imóvel em questão será extremamente valorizado. -----

Frisou que o Município não podia perder este investimento pelo que teve que competir na questão fiscal porque, no que respeita ao preço dos terrenos, não é tão competitivo, fazendo notar que existem municípios muito próximos que vendem terrenos por metade do preço a que são vendidos em Santa Maria da Feira. -----

Referiu que a Amy's Kitchen, se tudo correr conforme o previsto, será absolutamente estruturante para a Região e até para o País, informando que a mesma irá produzir quinze camiões de comida por dia e que não vai haver produção agrícola nacional suficiente para as necessidades que a empresa vai ter, pelo que a mesma terá ainda de importar matéria-prima de Espanha. -----

Sublinhou que, no entendimento da Câmara, era fundamental captar tal investimento de cerca de 37 milhões de euros e que criará 160 postos de trabalho diretos, na primeira fase, ressaltando que a previsão da empresa é fazer um crescimento em três fases. -----

Concluindo a sua intervenção disse esperar que esse investimento se venha mesmo a concretizar em Santa Maria da Feira, fazendo notar que, por vezes, as políticas internacionais condicionam tais investimentos, reafirmando que a concretizar-se será um equipamento absolutamente fora de série para o território de Santa Maria da Feira. -----

Posto isto, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu os assuntos, separadamente, a votação, tendo-se verificado os seguintes resultados: -----

7 – Concessão de Benefícios Fiscais (art. 16.º, n.ºs 2 e 3, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro) -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 46 votos a favor (PSD: 28, PS: 16, CDS-PP, IND.) e 2 votos contra (CDU, BE), conceder, sob proposta da Câmara e nos termos



e com os fundamentos da mesma, isenção de Imposto Municipal sobre a Transmissão Onerosa de Bens Imóveis, às entidades que adquiram terrenos, no território do Município de Santa Maria da Feira, destinados à implantação de unidades industriais ou de estabelecimentos comerciais/prestação de serviços, nas seguintes condições (de verificação prévia à concessão do benefício):-----

1. Que o investidor requerente se estabeleça como entidade jurídica ou sucursal com sede no concelho de Santa Maria da Feira;-----
2. Existência de despacho ministerial, publicado em Diário da República, aprovando minuta de Contrato de Investimento entre a Aicep Portugal Global, E.P.E. e o investidor requerente do benefício, fazendo referência à instalação da unidade industrial ou estabelecimento comercial/prestação de serviços no concelho de Santa Maria da Feira e ao custo elegível do investimento, que deve ser igual ou superior a 25 (vinte e cinco) milhões de euros. -----
3. O benefício será reversível em caso de alienação, não autorizada pelo Município de Santa Maria da Feira, do terreno (ou do(s) edifício(s) sobre o(s) mesmo(s) construído(s) posteriormente) em cuja aquisição existiu o benefício da isenção de IMT, dentro do prazo de 10 (dez anos) após a aquisição inicial pelo investidor. -----
4. O benefício caduca no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco dias) após o reconhecimento se, dentro desse prazo, não for celebrado o negócio visado. Neste caso, o investidor só poderá efetuar novo pedido de reconhecimento no prazo de um ano após o reconhecimento da isenção anterior. -----
5. A Lei impõe que se indique a estimativa da despesa fiscal associada a tais benefícios, o que no caso vertente é difícil de calcular, uma vez que a medida que se propõe visa o incentivo a investimentos futuros, o que pode, ou não, produzir resultados (os quais não estão exclusivamente dependentes deste incentivo). Daí que a estimativa da despesa fiscal deva ficar associada à expectativa do Município. Assim, se instalassem no território de Santa Maria da Feira, nas condições aqui referidas, projetos de investimento no âmbito dos quais fossem adquiridos terrenos para instalação de unidades industriais ou estabelecimentos comerciais/prestação de serviços, o valor de IMT associado seria de 450.000 € (5% ou 6,5%), que se indica como estimativa da despesa fiscal.-----

8 – Reconhecimento do Interesse Municipal do Projeto de Investimento Estrangeiro com vista



[Handwritten signatures and initials]

à aceitação dos Benefícios Fiscais -----

- *Requerimento da empresa Amy's kitchen, Unipessoal, Lda.*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 46 votos a favor (PSD: 28, PS: 16, CDS-PP, IND.) e 2 votos contra (CDU, BE), aprovar, sob proposta da Câmara e nos termos e com os fundamentos da mesma, o reconhecimento do interesse municipal do projeto em questão, com vista à aceitação da concessão de benefícios fiscais, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 6.º do Código Fiscal do Investimento, e consequente emissão, para os devidos efeitos, a declaração de aceitação de isenção sobre: -----

- Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), pelo período de 5 anos, perspetivando-se uma isenção do imposto no valor de 60.431,28 €, ao abrigo da taxa em vigor, aquando da sua tributação; -----

- Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), perspetivando-se a isenção do imposto no valor de 123.750,00 €, ao abrigo da taxa em vigor. -----

Saiu o membro Rosa Maria Silva. -----

9 – Procedimento “Outsourcing de cópia e impressão” -----

- Autorização prévia para a assunção de compromisso -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 3 de abril de 2017 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Verificando que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. ---

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 30 votos a favor (PSD: 28, CDS-PP, IND.), 16 votos contra (PS: 15, BE) e 1 abstenção (CDU), autorizar a assunção do compromisso inerente ao procedimento em epígrafe, nos seguintes termos: -----



. Ano 2021 – 18.298,59 €. -----

O membro **Eduardo Rocha** (PS) fez a seguinte declaração de voto:-----

“A bancada socialista votou contra em consonância com a votação também da vereação socialista na reunião de Câmara sobre este ponto, e pelas mesmas razões apontadas pela vereação. Sucintamente, em virtude de haver uma reclamação de um dos concorrentes, que não foi atendida e que poderia ter sido atendida, e que poderia ter alterado a decisão do concurso.”-----

10 – Procedimento de concurso público “Fornecimento de combustíveis” -----

- **Autorização prévia para a assunção de compromisso plurianual**-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O **Sr. Presidente da Câmara** explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 6 de março de 2017 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Verificando que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. ---

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 46 votos a favor (PSD: 28, PS: 15, CDU, CDS-PP, IND.) e 1 abstenção (BE), autorizar a assunção de compromissos plurianuais inerentes ao procedimento em epígrafe, nos seguintes termos: -----

. Ano 2018 – 160.382,40 €,-----

. Ano 2019 – 160.382,40 €,-----

. Ano 2020 – 124.064,20 €.-----

Entrou o membro Adriana Marisa Cardoso.-----

11 – Programa Movimento e Bem-Estar -----



- Transferência de verbas para as juntas de freguesia 2016-2017-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia.-----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 6 de março de 2017 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita.-----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“Ainda esta semana, através dos dados publicados pela Pordata, constatamos que o município da Feira continua a envelhecer. Situação vivida também à escala nacional e europeia, que deve ser combatida com políticas mais sociais e promotoras de uma vida saudável, estável e segura para todos e em especial para os jovens trabalhadores.-----

Face a esta realidade, é de valorizar todas as iniciativas que promovam a inclusão e o combate à solidão dos nossos seniores. Até porque, como sabemos, aqui no município há casos de verdadeira solidão e de abandono de adultos mais crescidos.-----

Tenho acompanhado, através de familiares, algumas iniciativas promovidas pela Câmara Municipal e que desde já saudamos.-----

No entanto, é preciso fazer muito mais. É preciso chegar a todas as freguesias e a todos os seniores.-----

Sabemos que custa dinheiro e que não é fácil, mas com ajuda das nossas associações, de fundos comunitários e de outras instituições é possível.-----

E não nos devemos centrar apenas nos convívios, passeios ou danças, que sendo importantes e fundamentais não são as únicas áreas a carecer de intervenção.-----

Devemos apostar também na Educação dos nossos seniores, por exemplo na área do digital, com vista à inclusão e sem desconsiderar todo o contributo que estes podem dar à sociedade enquanto agentes mais informados.”-----

Após lido o documento, o membro *Filipe Moreira* acrescentou ser sabido que muitos municípios estão emigrados e que a única forma de comunicarem com os seus familiares mais



velhos é através dos meios de comunicação digitais, salientando haver uma carência de formação dos seniores nesta área. -----

Referiu que para além das iniciativas de convívio, que disse saudar, que geram uma conectividade entre os idosos e diminui a solidão e o abandono dos mesmos, é preciso apostar ainda mais na formação digital dos seniores para facilitar a comunicação dos mesmos com os familiares e, desse modo, lhes proporcionar uma inclusão mais ampla. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por dizer que a Câmara presta uma atenção muito especial às pessoas de terceira idade, comentando que a Câmara tem mesmo que ter essa atenção porque as pessoas vivem cada vez mais anos e, por outro lado, há cada vez menos crianças. -----

Aludiu a alguns dos programas desenvolvidos pela Câmara e que são direcionados às pessoas mais idosas, referindo que o Programa E-mili@ é exatamente um programa de literacia digital para os seniores e que o mesmo está a ter bons resultados. -----

Mencionou ainda o Programa Movimento e Bem-Estar, dizendo tratar-se de um programa que visa promover a atividade física da população sénior, no qual se inclui, por exemplo, as Matinés Dançantes, os torneios de Boccia e as Olimpíadas Seniores, salientando que normalmente tais atividades são concertadas com as preferências dos mais idosos precisamente para que fiquem entusiasmados e saiam de casa. -----

Concluindo fez sobressair que há um conjunto de atividades, que a Câmara desenvolve em parceria com as IPSS e com as juntas de freguesia, que visam retirar as pessoas mais idosas do isolamento e promover uma melhor qualidade de vida através da atividade física, focando ser isso que está a ser implementado no território feirense. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais e o membro independente –, estando presentes 48 dos 54 membros que compõem este Órgão, aprovar, sob proposta da Câmara, a transferência das verbas respeitantes às Juntas de Freguesia, referente ao Programa em epígrafe e para a época 2016-2017, nos termos do quadro mencionado na deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 6 de março de 2017 – quadro esse cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----



12 – Estatuto do Direito de Oposição – Relatório de Avaliação do ano de 2016 (para conhecimento)-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o documento em epígrafe, remetido à Mesa pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, registado na Divisão de Administração Geral sob o n.º 3.767, em 30 de março de 2017, documento esse enviado, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrito – fazendo notar tratar-se de um assunto presente à Assembleia para conhecimento. -----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por dizer que, ao longo dos últimos anos, a CDU tem surgido em quinto lugar quando, nas últimas eleições autárquicas, foi a terceira força política mais votada tanto para a Assembleia Municipal como para a Câmara Municipal. Disse que tal aspeto pode ser interpretado como um preciosismo mas que, pelo que referiu, entende que a CDU deveria figurar, nos relatórios produzidos, em terceiro lugar e não em quinto. -----

Sobre o Relatório em discussão disse querer colocar uma questão respeitante aos requerimentos feitos à Câmara Municipal, veiculados pela Mesa da Assembleia. Referiu que, sendo os tempos de intervenção nas sessões da Assembleia limitados, a CDU recorre a tais requerimentos para tentar obter outras respostas da Câmara e, conseqüentemente, ter uma intervenção mais assertiva. -----

Salientou ser verdade que os requerimentos têm sido respondidos mas que, muitas das vezes, tais respostas são muito vagas, nada contribuindo para esclarecer e, além disso, muitas vezes tardias, informando, a título de exemplo, que a CDU apresentou um requerimento no dia 3 de fevereiro de 2017 sobre os espaços de jogo e de recreio, requerendo à Câmara Municipal os relatórios anuais desses espaços produzidos no atual mandato, mas que, decorridos mais de 2 meses, ainda não obteve resposta. -----

Concluindo a sua intervenção disse saber que estava em discussão o relatório de avaliação referente ao ano de 2016 mas que, no que refere ao requerimento que especificou, não está a ser cumprido o regimento, realçando que se a CDU não obtiver resposta ao mesmo terá de, evidentemente, avançar para outros meios para a obter. -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* disse associar-se ao proferido pelo membro Filipe Moreira



no respeitante ao prazo de resposta aos requerimentos apresentados pelos membros desta Assembleia, salientando tratar-se de uma situação que pode ser corrigida pela Câmara, por forma a cumprir os prazos estipulados no Regimento. -----

Posto isto, tendo a Assembleia Municipal tomado conhecimento do Relatório em epígrafe, o Sr. Presidente da Assembleia passou a introduzir o ponto seguinte da Ordem do Dia.-----

13 – Relatório de Atividades de 2016 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira (para conhecimento) -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o documento em epígrafe – a que se refere o ofício remetido à Mesa pela Sr.^a Presidente da Comissão em referência, registado na Divisão de Administração Geral sob o n.º 3.212, em 10 de março de 2017, enviado, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrito – fazendo notar tratar-se de um assunto presente à Assembleia para conhecimento.-----

Interveio a deputada municipal *Maria Oliveira* (PS) que começou por realçar a importância do trabalho desenvolvido pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Santa Maria da Feira, realçando que o mesmo é feito num contexto muito delicado, o da proteção de crianças e jovens, e, muitas vezes, desenvolvido sem as devidas condições tal como se podia verificar pelas dificuldades elencadas no próprio relatório de atividades.-----

Disse que se congratulava com a resolução de uma das maiores lacunas da CPCJ dos últimos anos, que era ter instalações condignas, ressaltando todavia que continua a haver outras carências de recursos, como a falta de telefones e computadores, como mencionado no relatório, comentando não saber até que ponto será fácil à Câmara Municipal resolver essa questão.-----

Salientou que, contudo, o constrangimento que mais reflexão exige é a ausência de priorização do trabalho da CPCJ por parte das entidades nela representadas, destacando que perante isso e como membro da Assembleia Municipal tem obrigação de questionar a Câmara Municipal sobre o seu contributo para que a CPCJ possa desenvolver o seu trabalho com a maior eficiência possível.-----

Referiu ser importante salientar que para além de ser uma entidade com representação na CPCJ, como outras, a Câmara Municipal é um órgão de proximidade com os cidadãos e que



goza de poder político, pelo que tem uma responsabilidade acrescida em zelar pelo bom funcionamento de uma entidade como esta, que é crucial para um desenvolvimento humano e saudável e, conseqüentemente, para um desenvolvimento comunitário desejável a um estado democrático e social. -----

Concluindo a sua intervenção apelou para que a Câmara Municipal, e demais entidades envolvidas, assumam a proteção de crianças e jovens como uma prioridade, e que isso se possa refletir no maior empenho na supressão das lacunas que possam dificultar o trabalho de inegável excelência que é desenvolvido pela CPCJ de Santa Maria da Feira. -----

Interveio o membro *Válter Amorim* (CDS-PP) que começou por dizer que tal como já havia falado, nesta sessão, da importância de se defender boas políticas para a população sénior, da mesma forma é fundamental ter boas intervenções e proteger ao máximo as crianças e jovens do Concelho, especialmente quando estão em risco. Referiu que, nesse âmbito, o trabalho desenvolvido pela CPCJ é relevantíssimo e preponderante, realçando que tudo aquilo que possa ser desenvolvido e alocado à CPCJ será sempre pouco. -----

Disse que, da análise ao relatório de atividades e em relação às questões funcionais, como a falta de equipamento informático e de algumas soluções de telecomunicações, como telemóveis e aumento de plafonds, comentou que seria pertinente corrigir essas questões e que o acervo financeiro para isso não seria relevante. -----

Sobre o Plano de Ação anual fez sobressair que, segundo o que está transposto no relatório de atividade, o mesmo somente teve uma concretização parcial. -----

Realçou que, em segundo lugar, seria relevantíssimo elaborar o Plano Local de Promoção dos Direitos das Crianças, mas que se verifica que o mesmo não foi desenvolvido. -----

Relativamente ao Mês da Prevenção dos Maus Tratos disse constatar-se que não houve o envolvimento das associações de jovens, frisando, sobre tal aspeto, que tais associações existem no Concelho e que seria muito importante que fossem envolvidas como parceiros, destacando a importância de haver uma maior articulação com essas associações. -----

Referiu que da análise ao relatório de atividades há, todavia, duas coisas que considera fundamentais, salientando que uma delas é a referência à dificuldade no exercício das competências da CPCJ na modalidade alargada que advém da insuficiência de tempo que é afeto à própria CPCJ por parte dos membros, realçando ser pertinente questionar o porquê



dessa situação. Disse que os elementos, aquando da sua aferição e escolha para trabalhar na CPCJ, têm que assumir o máximo de disponibilidade para isso, realçando que não podem ser escolhidos elementos que, depois, não dão o tempo suficiente à Comissão, frisando que esse é um problema que está identificado. -----

Concluindo a sua intervenção disse ter uma outra questão a colocar relacionada com o artigo 14.º, n.º 3, alínea b) da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, que se refere ao seguro que cobre os riscos que possam ocorrer no âmbito do exercício das funções dos comissários. Disse que, segundo o relatório de atividades, tal situação não foi assegurada pelo Município quando deveria ter sido, questionando à Câmara qual a razão para não ter debedado e coberto tal compromisso. -----

Interveio o membro *Fernando Moreira* (PSD) que começou por dizer que não podia ficar indiferente perante as intervenções anteriores, comentando que ao longo dos últimos anos não tinha ouvido grandes comentários em torno da CPCJ. -----

Frisou que a CPCJ tinha instalações que eram limitadas e, agora, tem instalações excelentes, que tinha uma ou duas pessoas a trabalhar e agora tem um número de pessoas como nunca teve, que de um ou dois computadores passou a ter sete, pelo que não entendia as críticas feitas à Câmara de que esta não fez isto ou aquilo. -----

Disse querer deixar uma palavra de apreço para o Município porque colocou à disposição da CPCJ novas instalações, alugando-as e fazendo obras que custaram, segundo disse saber, cerca de 50 mil euros, dizendo admitir que com o aumento do números de pessoas a trabalhar na CPCJ talvez possa faltar um ou dois computadores, sem contudo deixar de referir que foram colocados dois ou três computadores portáteis à disposição da CPCJ para que as pessoas os pudessem deslocar pelas salas conforme as necessidades. -----

Referiu que a lei que rege a CPCJ tem coisas muito positivas mas tem também, no seu entendimento, coisas muito negativas, como por exemplo ter uma reunião mensal da modalidade alargada que não percebe muito bem para que serve. -----

Salientou ser muito bonito dizer que as pessoas que vão para a CPCJ têm que cumprir horários mas que, contudo, é preciso perceber que tais pessoas vão por conta de uma entidade e que essa entidade, muitas vezes, não liberta essas pessoas, comentando que a questão reside nesse aspeto. -----



Quanto à questão do fundo de maneiio disse que, pelo que sabe, essa situação já estaria ultrapassada. -----

Frisou que, no seu entendimento, o concelho de Santa Maria da Feira tem uma excelente CPCJ, com pessoas extremamente aplicadas e conhecedoras da situação, comentando que tais pessoas passam ali momentos muito difíceis, tentando resolver situações muito complexas, pelo que lhes deixava uma palavra de apreço. -----

Concluindo a sua intervenção fez notar que o programa informático que é utilizado para a elaboração dos relatórios de atividades das CPCJ é muito pobre, tornando mais difícil a leitura dos mesmos, realçando que esse problema já foi reclamado junto da Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco mas que o certo é que, até ao momento, tal situação não foi resolvida. -----

Interveio novamente a deputada municipal *Maria Oliveira* (PS) que disse querer esclarecer, quanto à afirmação de que o assunto da CPCJ não tem sido discutido nos últimos anos, que tal não corresponde à verdade, fazendo sobressair que o PS tem falado sobre o assunto e que ela própria efetuou intervenções, nesta Assembleia Municipal, aquando da discussão dos relatórios de atividades da CPCJ dos últimos anos. -----

Frisou que o assunto não tem sido esquecido por parte do PS e que este tem dado, nesta Assembleia Municipal, a sua participação quanto ao mesmo. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para dar os devidos esclarecimentos face às questões colocadas. Referiu que a CPCJ envolve várias entidades, não apenas o Município, mas que podia dizer que é o Município que tem dado a grande resposta necessária. Disse que a Câmara alugou excelentes instalações, fez obras nas mesmas perfazendo um investimento de cerca de 60 mil euros, sublinhando que a CPCJ de Santa Maria da Feira tem, agora, instalações dignas. -----

Referiu ter ficado surpreendido com algumas das observações feitas porque, no seu entender, a CPCJ tem funcionado bem, com descrição, comentando que a falta de notícias da CPCJ é a melhor notícia que se pode ter porque é sinal que ela está a fazer o seu trabalho. -----

Quanto à referência de que faltarão dois telefones e que é necessário alargar o plafond, disse estranhar essa situação porque a CPCJ tem telefones, comentando ainda que há um plafond e



que o mesmo só será alargado caso se justifique plenamente, realçando que a Câmara é muito rigorosa nessas situações e que por isso é que consegue ter boas contas. -----
Em relação à falta de computadores disse que, tendo a CPCJ sete computadores ao seu dispor, tem dúvidas de que haja alguma necessidade a esse nível mas que tal situação seria analisada. -
Sobre o fundo de maneiio informou já ter sido atribuído fundo de maneiio à CPCJ.-----
Concluindo a sua intervenção, o Sr. Presidente da Câmara informou ainda que a CPCJ foi recentemente reforçada com dois técnicos, dizendo julgar que a CPCJ está muito bem apetrechada para dar as respostas necessárias.-----

Posto isto, o Sr. Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia, tendo a Assembleia Municipal tomado conhecimento do Relatório de Atividades de 2016 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira.-----

*Reentrou o membro Rosa Maria Silva. -----
Sairam os membros Juliana Rocha, António Valdemar Ribeiro, Luís André dos Santos e Amaro Bento Araújo. -----*

14 – Planear um concelho mais inclusivo (artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 17.º do Regimento) -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, agendado nos termos das disposições legais em epígrafe no seguimento da solicitação remetida à Mesa pela deputada municipal Lia Ferreira, do grupo municipal do Partido Socialista – registada na Divisão de Administração Geral sob o n.º 4.080, em 29 de março de 2017 – documento esse enviado, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrito.-----

Fez ainda alusão à recomendação que aquela deputada municipal fez chegar à Mesa no âmbito do assunto e que igualmente foi distribuída, oportunamente, pelos membros da Assembleia Municipal.-----

De seguida, passou a palavra à deputada municipal Lia Ferreira para que a mesma fizesse a apresentação dessa recomendação.-----



Usou da palavra a deputada municipal *Lia Ferreira* (PS) que apresentou e explanou a recomendação em referência cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“PLANEAR UM CONCELHO MAIS INCLUSIVO-----

Decorridos 10 anos desde a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, o concelho de Santa Maria da Feira ainda é bastante deficitário no que diz respeito à implementação do dispositivo legal mencionado.-----

Dez anos e o nosso Concelho continua ainda bastante débil nestas matérias.-----

• Um número alargado de urnas de votos têm parcas condições de acesso a pessoas com mobilidade condicionada, em algumas situações a urna chega a ser transportada e levada à pessoa/eleitorado.-----

• O acesso ao Tribunal é bastante condicionado, obrigando a pessoa com mobilidade condicionada a fazer-se acompanhar de terceiros para ter acesso à garagem e consecutivamente ao elevador existente, o processo não pode ser feito de forma livre e autónoma.-----

• A grande maioria dos edifícios das juntas de freguesia do Concelho não são acessíveis a pessoas como mobilidade condicionada (ex: a Junta da União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo).-----

• A grande maioria dos acessos às repartições de finanças existentes no Concelho não são acessíveis a pessoas como mobilidade condicionada.-----

• O acesso ao Edifício dos Paços do Concelho continua em papel desde 2012.-----

• Continua a não existir qualquer Plano de Promoção Municipal de Acessibilidade.-----

• Persiste a ausência de um Plano Estratégico para a Acessibilidade de Mobilidade no nosso Concelho, inviabilizando candidaturas a eixos de reabilitação e sustentabilidade, com base na execução de obras que visam a implementação de Planos Municipal de Acessibilidade.-----

• As intervenções feitas são, ainda, muito escassas comparativamente com as necessidades reais da população.-----

• Algumas das mais recentes intervenções continuam sme respeitar os requisitos do normativo vigente.-----

• Etc... etc (muitos mais exemplos poderiam ser apontados)...-----

Os exemplos apontados remetem-nos para uma postura que coloca a pessoa com mobilidade condicionada em franca desvantagem, desigualdade de oportunidades. Estas situações de



desvantagem e dificuldade de participação na vida socioeconómica, os legisladores designam por “Discriminação em Razão da Deficiência e da existência de risco agravado de saúde”. -----

É pertinente esclarecer que: -----

- Falar de pessoas com mobilidade condicionada não é só falar em pessoas com deficiência é, também, aprovisionar as necessidades de pessoas com incapacidades temporárias, idosos e jovens casais que se fazem acompanhar de carrinhos de bebé.-----
- Falar de pessoas com mobilidade condicionada é ter em conta a grande fatia percentual de população idosa que com o avanço da idade adquire múltiplas incapacidades. -----
- Falar em cuidado urbanístico para com pessoas que apresentem mobilidade condicionada é, também, falar em requalificação urbana. -----
- Falar de prevenir acesso a pessoas com mobilidade condicionada é falar de garantia de direitos humanos.-----

Enquadramento legal: -----

- Constituição da República Portuguesa: Artigo 13.º (Princípio da Igualdade) e Artigo 71.º (o Estado é responsável pela garantia de políticas de reabilitação e integração de pessoas com deficiência);-----
- Declaração Universal dos Direitos Humanos (dezembro de 1948); -----
- Lei n.º 46/2006, de 28 de agosto: Proíbe e Pune a Discriminação em Razão da Deficiência e da existência de risco agravado de saúde; -----
- Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto: Normas técnicas de eliminação de barreiras arquitetónicas em Edifícios Públicos e em Habitação; -----
- Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Assinada e implementada em Portugal em 2009.-----

Considerandos: -----

Considerando os dados recolhidos e projeções estatísticas quer pelo INE, como pela Eurostat, entre 2015 e 2080: -----

- Da população residente em Portugal, entre os 15 e os 64 anos, cerca de 16% tem simultaneamente problemas de saúde prolongados e dificuldades na realização de atividades básicas do dia-a-dia. -----
- O número de jovens diminuirá de 1,5 para 0,9 milhões. -----
- O número de idosos passará de 2,1 para 2,8 milhões. -----



- Em 2030 cerca de 25% da população europeia terá 65 anos de idade ou mais.-----
- Em 2050 o número de pessoas com idades acima dos 80 triplicará.-----
- A partir dos 45 anos a percentagem de incapacidades começa a disparar, sendo a dificuldade de mobilidade física a mais acentuada (andar e subir/descer degraus), seguindo-se das perdas de visão progressiva.-----
- Cerca de 50% da população idosa tem muita dificuldade ou não consegue realizar, pelo menos, uma tarefa do dia-a-dia.-----
- Face ao decréscimo da população jovem, a par do aumento da população idosa, o índice de envelhecimento mais do que duplicará, passando de 147 para 317 idosos, por cada 100 jovens, em 2080.-----

Nesse sentido, face aos considerandos em exposição e percebendo a dificuldade em gerir este projeto de adaptação do Concelho, vimos a esta Assembleia propor estratégias que possam vir a funcionar como ferramentas de auxílio e agilização do processo.-----

Com o objetivo de contribuir e auxiliar, propomos estratégias que garantam o direito à vida condigna e ao longo da vida, e simultaneamente promovam a requalificação urbanística.-----

A Assembleia Municipal reunida em 7 de abril de 2017, recomenda à Câmara Municipal:-----

1. Criação de uma Comissão de Trabalho para a definição de estratégias e soluções com o objetivo de tornar o Concelho mais Inclusivo, cuja constituição seja:-----
 - a. O Vereador do Pelouro do Urbanismo;-----
 - b. Um responsável Técnico do Pelouro do Urbanismo;-----
 - c. O Provedor da Mobilidade;-----
 - d. Um representante de cada partido.-----
2. Criação de um Conselho Municipal para a Inclusão, conselho de aconselhamento e deliberação, na sequência das estratégias definidas pela Comissão de Trabalho, cuja constituição seja:-----
 - a. Um representante de cada Pelouro do Executivo Municipal;-----
 - b. O Provedor da Mobilidade;-----
 - c. Um representante de cada partido;-----
 - d. Técnicos especialistas convidados, de acordo com a temática em discussão.-----
3. Que do orçamento anual da Câmara Municipal, pelo menos, 0,5% seja destinado à eliminação de barreiras e implementação das estratégias definidas pela Comissão de



Trabalho.”-----

Interveio o membro *Paulo Marques de Oliveira*, Presidente da Junta da União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior (PSD), que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“Quanto à recomendação do PS intitulada “Planear um Concelho mais inclusivo”, gostaria de tecer algumas considerações.-----

É dito no documento que volvidos 10 anos da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, o concelho de Santa Maria da Feira ainda é bastante deficitário quanto à implementação do preconizado no referido diploma.-----

O PS parece querer fazer esquecer o trabalho relevante que o município tem vindo a realizar na promoção das acessibilidades para todos, estando entre os municípios que mais têm contribuído para a inclusão das pessoas com mobilidade condicionada, tanto através da intervenção nos espaços físicos como também através da inclusão na realização de eventos, sendo inclusivamente um dos municípios pioneiros na implementação da figura do Provedor Municipal para a Mobilidade.-----

Foram e continuam a ser promovidas, tanto pela Câmara Municipal como pelas Juntas de Freguesia, um vasto conjunto de intervenções quer nos espaços públicos, quer nos edifícios, no sentido de responder às necessidades de acessibilidade para todos, contudo, estamos no entanto conscientes de que há ainda muito trabalho pela frente.-----

Importa também salientar que em muitos casos, sendo o Estado a entidade tutelar de serviços públicos como Repartições de Finanças, Tribunais, Hospitais, Unidades de Saúde, etc., deveria ser ele próprio a promover nesses estabelecimentos a plena inclusão dos cidadãos.-----

É falsa a referência à falta de um “Plano Municipal de Promoção da Acessibilidade”, ele existe, é composto por um conjunto de dossiês e está dividido em três capítulos a saber, Introdução, Diagnóstico Local e Planos Integrados de Acessibilidade. Existe também um Manual intitulado “Mobilidades”, lançado em 2012, onde são apresentadas soluções para a melhoria das acessibilidades no espaço público, instrumento fundamental para todos aqueles que no dia-a-dia têm que tomar decisões na gestão destes problemas.-----

Será ainda importante frisar que muitas das medidas tomadas e implementadas, serão completamente contraproducentes se, por parte dos cidadãos em geral, não houver o respeito



pelas mais básicas regras de civismo, mas que, não raras vezes vemos serem atropeladas, como por exemplo o estacionamento em cima do passeio impossibilitando o uso do mesmo.---
A recomendação do PS, que no seu ponto 1 propõe a criação de uma Comissão de Trabalho e no ponto 2 a criação de um Conselho Municipal para a Inclusão, mais não é que uma redundância, pois já existe um grupo de trabalho onde estão representados elementos ligados ao planeamento da Câmara Municipal e elementos da Provedoria da Mobilidade, pelo que redundará no surgimento de entropias desnecessárias e perniciosas.-----

Quanto ao ponto 3, onde o PS propõe que 0,5% do orçamento municipal seja destinado à eliminação de barreiras e à implementação de estratégias de inclusão, convém esclarecer que valores estão em causa. Assim e partindo de um valor de orçamento arredondado para os 70.000.000,00 €, 0,5% corresponde a cerca de 35.000,00 €, o que dividindo por 31 freguesias dá o valor de 1.130,00 € por freguesia. Ora o valor que a Câmara e as Juntas de Freguesia investem para a melhoria das acessibilidades vai muito para além deste valor, pelo que também não vemos qualquer razão de ser para a sua existência.” -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que referiu que, para além dos esclarecimentos dados pelo Sr. Presidente de Junta, Paulo Marques de Oliveira, sobre as questões da mobilidade, queria dar outra nota que se prende com a aposta que o Município tem feito na inclusão das pessoas com deficiência. -----

Salientou que o passadiço do Rio Ufma tem informação de fácil acesso para invisuais, em braile, e que são desenvolvidas no Concelho várias atividades desportivas dirigidas para essas pessoas, como a natação adaptada. Frisou que, no Município, a preocupação para com as pessoas com deficiência está permanentemente presente, dando como exemplos o turismo acessível e o festival Imaginarius. -----

Usou novamente da palavra a deputada municipal *Lia Ferreira* (PS) que começou por dizer que não quis expor, nesta sessão, uma reportagem fotográfica a exemplo do que fez em sessões anteriores, comentando que se o tivesse feito algumas coisas que foram mencionadas certamente não o teriam sido. -----

Referiu de seguida, que com a permissão do Sr. Presidente da Câmara e com toda a boa vontade, queria fazer uma pequena correção para que no futuro não incorresse nos mesmos



erros, ressaltando que as suas palavras ficariam como ação de sensibilização e de informação a todos os presentes. -----

Informou que nunca se diz invisuais, mas sim cegos ou pessoas com deficiência visual, fazendo notar que o termo invisual remete para a invisibilidade e que tais pessoas não são invisíveis, mas sim cegas. -----

Salientou que outro erro muito comum é que se costuma dizer linguagem gestual, quando não existe linguagem gestual mas sim língua gestual, tal como existe a língua portuguesa, a língua inglesa e outras. -----

Relativamente ao turismo acessível disse desconhecer que exista no Município, mas que o gostava de conhecer bem como quais são as propostas existentes para o mesmo. -----

Sobre o proferido pelo Sr. Presidente da Junta, Paulo Marques de Oliveira, de que Santa Maria da Feira é um dos municípios que mais tem contribuído para a inclusão das pessoas com mobilidade condicionada, questionou de que país estaria a falar porque o português não seria certamente. -----

Quanto à afirmação de que Santa Maria da Feira foi pioneira na criação do Provedor Municipal para a Mobilidade referiu que o município pioneiro na criação do Provedor do Cidadão com Deficiência foi o município do Porto, comentando que Santa Maria da Feira seguiu-se e que, mais recentemente, alterou o nome para Provedor Municipal da Mobilidade por razões que têm a ver com terminologias e que se escusava de estar a explicar. -----

Sobre a afirmação de que são vários os esforços feitos no Município para a eliminação de barreiras arquitetónicas, disse que gostava de conhecer exatamente quais são esses esforços, comentando que já teve oportunidade de apresentar à Assembleia Municipal fotos de intervenções recentes que criaram novas barreiras arquitetónicas, questionando se se estava a brincar com esta matéria, porque ela estava a falar muito a sério, pedindo para que não lhe fosse atirado areia para os olhos. -----

Em relação à questão da cidadania e estacionamento disse que, na sua intervenção inicial, não falou de estacionamento mas sim de criação de acessibilidade. Focou que a acessibilidade é responsabilidade da autarquia, comentando não ser o Estado a empurrar para as autarquias mas sim a garantir que, na administração local, haja quem cuide de eliminar barreiras, fazendo notar que em Santa Maria da Feira, contrariamente ao que é dito, tal não acontece. -----

Referiu, a esse respeito, que lançava o desafio de ser criado um dia para que aqueles que



defendem que o Concelho é um exemplo nesta matéria e que muito tem contribuído para a inclusão das pessoas com mobilidade condicionada, possam experimentar andar de olhos vendados ou de cadeira de rodas pelo Concelho para verificarem o que se passa na realidade. - Relativamente à questão de aparecer, no ponto 3 da recomendação, o símbolo da pernilagem em vez do da percentagem, disse achar não ser muito difícil de perceber que tal se deveu a um erro de formatação, pedindo para que não a tentassem enganar com as contas que foram feitas na sequência dessa falha.-----

Quanto à questão da redundância, esclareceu que uma coisa é uma comissão de trabalho que vai definir estratégias, que outra coisa é a criação de um Conselho Municipal que vai ouvir várias entidades, internas e externas, e outra coisa ainda é a implementação, questionando onde estava a redundância.-----

Concluindo disse que deixava outro desafio no sentido de que não houvesse mais urnas de voto em que tenha de ser a urna a deslocar-se à pessoa com mobilidade condicionada, sublinhando que ela própria, sendo uma dessas pessoas, como todas as restantes nas mesmas circunstâncias, têm o direito à sua dignidade e a votarem em plena democracia, frisando que não são cidadãos de segunda nem de terceira, antes pelo contrário.-----

Nessa medida disse que gostava de ver o modo como se trataria o atual Ministro das Finanças da Alemanha, que se desloca em cadeira de rodas, caso o mesmo viesse a Santa Maria da Feira, para ver se lhe era dado o mesmo tratamento que é dado aos residentes no Concelho que têm mobilidade condicionada, bem como para ver se havia a lata de lhe dizer que o concelho de Santa Maria da Feira é um exemplo de inclusão.-----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 18 votos a favor da recomendação (PS: 16, CDU, BE), 26 votos contra (PSD) e 1 abstenção (CDS-PP), rejeitar a recomendação apresentada pela deputada municipal Lia Ferreira – cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

Em seguida, o *Sr. Presidente da Assembleia* submeteu a minuta da ata desta sessão a aprovação e, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta a ata desta sessão.-----



Posto isto, e nada mais havendo a tratar, às 01H00, o Sr. Presidente da Assembleia encerrou os trabalhos, do que para constar, se lavrou esta ata que vai ser assinada por todos os membros da Mesa. -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,